

Com quem podemos contar?

Autoridade, Empoderamento e Responsabilização em Moçambique

Egídio Chaimite, Salvador Forquilha e
Alex Shankland

Cadernos IESE N.º 20P

“Cadernos IESE”

Edição do Conselho Científico do IESE

A Coleção “Cadernos IESE” publica artigos de investigadores permanentes e associados do IESE no quadro geral dos projetos de investigação do Instituto.

Esta colecção substitui as anteriores Colecções de Working Papers e Discussion Papers do IESE, que foram descontinuadas a partir de 2010.

As opiniões expressas através dos artigos publicados nesta Colecção são da responsabilidade dos seus autores e não reflectem nenhuma posição formal e institucional do IESE sobre os temas tratados.

Os Cadernos IESE podem ser descarregados gratuitamente em versão electrónica a partir do endereço www.iese.ac.mz.

Com quem podemos contar? Autoridade, Empoderamento e Responsabilizaçãoⁱ em Moçambique

Egídio Chaimite, Salvador Forquilha e Alex Shankland

Cadernos IESE nº 20/2021

Egídio Chaimite é Pesquisador do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), em Moçambique, e Doutorando no Instituto de Estudos de Desenvolvimento (IDS), da Universidade de Sussex, na Inglaterra. Possui mestrado em Ciência Política, pela Sciences Po Bordeaux, França. A sua pesquisa centra-se em eleições, governação e movimentos sociais.

Salvador Forquilha é Pesquisador Sênior do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) e Professor Auxiliar do Departamento de Ciência Política e Administração Pública da Universidade Eduardo Mondlane em Maputo, Moçambique. Possui Doutoramento em Ciência Política, pela Universidade de Bordeaux, França. A sua pesquisa centra-se na descentralização, serviços públicos, conflito e violência política.

Alex Shankland é Pesquisador do Instituto de Estudos de Desenvolvimento (IDS), da Universidade de Sussex, na Inglaterra. É cientista social, com mais de duas décadas de experiência de trabalho no Brasil, Perú, Angola e Moçambique, como pesquisador, gestor de ONG e consultor de desenvolvimento social. Pesquisou, ensinou e publicou extensivamente sobre direitos, participação e política, particularmente no setor de saúde, e a sua tese de doutoramento foi sobre representação e política de saúde na Amazônia brasileira. Os seus interesses de pesquisa actuais centram-se em teorias e práticas de representação democrática e relação cidadão-Estado, com referência particular às estratégias políticas de povos indígenas e outras minorias marginalizadas envolvidas em políticas de desenvolvimento e mudança climática.

Fevereiro de 2021

ⁱ Esta é a nossa opção para a tradução do termo inglês 'Accountability'. Estamos cientes das limitações da nossa escolha, uma vez que 'Accountability' inclui, entre outros, Transparência, Prestação de Contas e Sanção, parte dos quais abordamos na seção 6 deste documento. Para um melhor aprofundamento do debate sobre os usos e traduções do termo Accountability, ver De Medeiros et al 2013.

Agradecimentos

Os autores agradecem a Kátia Taela e Lúcio Posse pelos seus comentários e sugestões, úteis em diferentes fases da pesquisa. Também agradecem a excelente assistência de Andissene Andissene, Gaspar Tocoloa, Ana Paula Meque, Domingos Saíte, Abudo Gimo, e tradução e codificação de dados por Gerson Selemene e Muaziza Omar. Aos entrevistados e outros residentes de Cateme, Mualadzi, Cidade de Nampula e Tete, estendem-se os agradecimentos pelos ensinamentos e pela confiança.

Título: Com quem podemos contar?
Autoridade, Empoderamento e Responsabilização em Moçambique

Autores: Egídio Chaimite, Salvador Forquilha e Alex Shankland

Copyright © IESE, 2021

Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE)

Av. do Zimbabwe 1214

Maputo, Moçambique

Telefone: + 258 21486043 | Fax: + 258 21485973

Email: iese@iese.ac.mz

Website: www.iese.ac.mz

Proibida a reprodução total ou parcial desta publicação para fins comerciais.

Execução Gráfica: IESE

Tiragem: 300 Exemplares

ISBN: 978-989-8464-51-4

Número de Registo: 10378/RLINICC/2020

Resumo

Neste artigo, usamos ‘diários de governação’ para analisar as interações entre pessoas pobres e autoridades em contextos de Fragilidade, Conflitos e Violência (FCVAS) em Moçambique. Questionamos os significados de empoderamento e responsabilização, sob ponto de vista de pessoas pobres e marginalizadas, e procuramos perceber como essas pessoas vêem as instituições que as governam, incluindo as que as providenciam bens e serviços básicos, entre os quais os de saúde e segurança. As conclusões mostram que, mesmo que as percepções e, com elas, os conceitos de empoderamento e responsabilização que emergiram, não difiram significativamente dos identificados na literatura, em termos de ação e mobilização há diferenças. Constatamos que, nos nossos locais de pesquisa, as pessoas raramente se mobilizam, mesmo com a má prestação de serviços básicos e a prevalência de injustiças. Muitos consideram-se ‘incapazes’ de influenciar ou forçar as ‘autoridades’ a responderem às suas preocupações e demandas. Por ‘Autoridade Pública’ entendem qualquer entidade ou pessoa capaz de resolver os problemas da comunidade, enquanto Estado, geralmente reconhecido como ‘Autoridade’, é percebido como indistinto do Partido Frelimo e do Governo, mas também é visto como um pai, embora ausente, e aquele que se esquece e abandona os seus filhos.

Palavras-chave:

Diários de Governação; Autoridade; Legitimidade; Estado; Responsabilização; Empoderamento.

Nota

Esta é uma versão traduzida de um artigo com revisão de pares, publicado como *Working Paper* no Instituto de Estudos de Desenvolvimento (IDS), da Universidade de Sussex, na Inglaterra¹. Este resulta de uma pesquisa internacional, coordenada pelo IDS e financiada pelo Governo do Reino Unido, a quem os autores agradecem. As opiniões expressas na publicação, no entanto, são da inteira responsabilidade dos autores.

¹ A versão original do artigo pode ser encontrada em: https://opendocs.ids.ac.uk/opendocs/bitstream/handle/20.500.12413/15933/IDS_Working_Paper_546.pdf?sequence=1&isAllowed=y

1. Introdução

Este artigo recorre a 'diários de governação' para analisar as interações entre pessoas pobres e autoridades em contextos de Fragilidade, Conflitos e Violência (FCVAS) em Moçambique. O estudo faz parte de um programa de pesquisa mais amplo, que está sendo implementado em Moçambique, Egito, Myanmar, Nigéria e Paquistão - a Ação para Empoderamento e Responsabilidade (A4EA), um programa de cinco anos (2016-2021), que busca compreender como a ação social e política pode contribuir para o empoderamento e responsabilização em FCVAS. Em sua fase inicial (2016-2018), o programa foi dividido em quatro sub-temáticas: 'Caminhos para Accountability', 'Ação Social e Política das Mulheres', 'Papel dos Atores Externos' e 'Significados e Expressões de Empoderamento e Responsabilização'.

O Projeto 'Diários de Governação' integrou a temática dos 'Significados e Expressões', e questionou os significados de empoderamento e responsabilização, para além de procurar perceber como pessoas pobres e marginalizadas vêem as instituições que as governam, incluindo as que as providenciam bens e serviços básicos, entre os quais os de saúde e segurança. As questões de pesquisa incluíram as seguintes:

- Como é que os agregados familiares pobres e marginalizados interagem, acessam e fazem as suas demandas às diferentes autoridades públicas?
- Como é que eles conceituam autoridades públicas?
- Ao interagir com as autoridades públicas, como é que eles se sentem (empoderados ou não)?
- Como é que eles percebem, exigem ou negociam a responsabilização das diferentes autoridades públicas?

Combinamos a observação com conversas informais e entrevistas semiestruturadas. Observamos tanto 'o trabalho do Estado'² nos setores de saúde, segurança e tributação dentro das comunidades que estudamos, e o ambiente em que ocorreram as nossas conversas e entrevistas com membros da comunidade. Conduzimos essas conversas e entrevistas com famílias pobres e marginalizadas, líderes locais e outros atores identificados por essas famílias como relevantes para resolver os seus problemas quotidianos. As entrevistas, conversas e observações tiveram lugar em Tete, na região centro de Moçambique, e em Nampula, no norte. Produzimos mapas institucionais com alguns agregados familiares e

² Bierchenk e Sardan (2014) escrevem sobre 'Estados em ação' como uma metáfora para enfatizar duas coisas: a natureza incompleta do processo de formação do Estado e sua heterogeneidade. Aqui, a expressão 'o trabalho do Estado' refere-se ao que o Estado faz na prática; sua vida 'diária'.

lideranças, com o objetivo de identificar os atores-chave nos setores de saúde, segurança e tributação e o seu poder para resolver problemas de governação.

As nossas conclusões mostram que, embora as percepções e, com elas, os conceitos de empoderamento e responsabilização que emergiram neste estudo não difiram significativamente dos identificados na literatura, em termos de ação e mobilização, há distinções. Em Mualadzi, Cateme, Matundo e Sansão Muthemba (Tete) e Khanloka, Namicipo, Muliu e 7 de Abril (Nampula), as pessoas raramente se mobilizam para expressar a sua voz aberta e coletivamente, mesmo com injustiças prevaletentes e má prestação de serviços básicos. Muitos afirmam ser 'incapazes' de influenciar ou forçar as 'autoridades' a responderem às suas preocupações e exigências. Por 'Autoridade Pública' entendem qualquer entidade ou pessoa capaz de resolver os problemas da comunidade, enquanto Estado, geralmente reconhecido como 'Autoridade', é percebido como semelhante ao Partido Frelimo e ao Governo, mas também é visto como um pai, embora ausente, e aquele que se esquece e abandona os seus filhos.

O artigo é composto por sete seções, incluindo a presente introdução. A segunda contextualiza brevemente o estudo, focando principalmente os aspetos que influenciam os processos de empoderamento e responsabilização em Moçambique. A terceira seção detalha a metodologia do projeto, incluindo os critérios para selecionar os locais da pesquisa e os agregados familiares. O quarto e o quinto apresentam e discutem os resultados, com o quarto enfocando as funções centrais do Estado, que analisamos como parte deste projeto, a saber, saúde, segurança e tributação. O quinto analisa como e por que as pessoas confiam e conferem legitimidade a certos atores-chave e as percepções das pessoas sobre a Autoridade Pública e o Estado. A sexta seção continua com as percepções, dando atenção especial aos significados e mecanismos de empoderamento e responsabilização identificados na pesquisa. Finalmente, apresentamos breves conclusões.

2. Contexto

'Estado fraco, partido forte' é uma característica do Moçambique atual (Sumich e Honwana 2007). Paradoxalmente, em Moçambique, o 'forte', que é o Partido Frelimo, depende do 'fraco', que é o Estado. A fraqueza do Estado se manifesta na incapacidade de providenciar efectivamente serviços básicos aos seus cidadãos, incluindo os de saúde e segurança, centrais nesta pesquisa. A fraqueza também se estende à capacidade de arrecadar receitas(-

Diaz 2014). De acordo com dados do Banco Mundial³, por exemplo, em 2001, os impostos internos representavam apenas 12 por cento do PIB de Moçambique, quando, em 2020, estimava-se que aumentaria para apenas 19 por cento. A alternativa do Estado é a ajuda externa, daí sua dependência.

É, no entanto, desse Estado pobre e dependente que o partido Frelimo, no poder desde a independência do país em 1975, extrai os recursos necessários para manter a sua dominação, para outros hegemonia (Gentili, 2005)⁴. Tal sucede porque, ao imbricar-se com o Estado, para uns partido-Estado (Orre, 2010), a Frelimo utiliza os poucos recursos daquele para alimentar as suas redes clientelistas, controlar e cooptar os cidadãos, enfraquecer a oposição, influenciar os media e demais atores, entre os quais os órgãos eleitorais. As origens deste Partido-Estado e, com ele, o controlo político e social, remontam ao período imediatamente a seguir à independência de Moçambique, em 1975, altura em que a Frelimo, que era, oficialmente partido único, criou os 'Grupos Dinamizadores' (GDs), que depois, em 1977, foram transformados em estruturas de base local. As funções dos GDs eram: (1) controlar a população, (2) divulgar as diretrizes do partido, (3) ajudar as lideranças, especialmente nos locais de trabalho, e (4) servir de canais de participação (De Brito 2010).

Em 1976, ainda nos primórdios do processo de implantação das estruturas do partido-Estado, a Renamo iniciou uma guerra brutal contra o governo da Frelimo. Entre outros, a Renamo advogava uma liberalização política e económica (Hanlon 1991), visto que durante a primeira república (1975-1990) Moçambique era, oficialmente, um regime de partido único, com uma economia centralmente planificada. O regime de partido único foi oficialmente abolido em 1990, com o aprovação da primeira "Constituição Democrática e Multipartidária" do país. A nova Constituição reafirmou os princípios da liberdade de expressão, opinião e associação (artigos 74, 75, 76), já reconhecidos num único artigo da Constituição de 1975 (artigo 27), mas outro importante instrumento jurídico foi posteriormente aprovado: a Lei nº 9/91, que regula o exercício do direito à liberdade de reunião e manifestação. Tanto a Constituição de 1990, como as novas leis, criaram o quadro jurídico e institucional para uma maior participação dos moçambicanos na vida política do país.

Em 1992, a Renamo e o Governo assinaram um Acordo Geral de Paz (AGP), pondo fim à guerra civil. Seguiram-se as primeiras eleições gerais em 1994. As eleições gerais institucionalizam-se, e passaram a ser realizadas regularmente, a cada cinco anos, o mesmo intervalo

³ Veja o perfil de Moçambique, publicado pelo Banco Mundial, em www.worldbank.org (acessado a 10 de Janeiro de 2019).

⁴ Hegemonia no sentido de que, contrariamente a dominação, em que um partido permanece no poder ganhando consecutivamente eleições livres e transparentes (Carbone, 2006), pelo menos três (Sartori, 1976), a Frelimo recorre a fraude e outros mecanismos (Chaimite, 2013).

das eleições municipais, introduzidas em 1998. Outras iniciativas, e com elas espaços de participação, empoderamento e responsabilização, posteriormente ganharam impulso. Alguns exemplos incluem iniciativas de observação, coordenadas por organizações da sociedade civil, iniciativas de monitoria de governação, orçamentos participativos, conselhos consultivos e, mais recentemente, visitas de governação aberta.

Porém, algumas das iniciativas e espaços mencionados acima são manipulados e coreografados (Taela, Shankland e Awortwi 2016) pelo Partido-Estado. Iniciativas *bottom-up*, como, por exemplo, marchas e greves, especialmente aquelas que visam directamente ou confrontam as autoridades, não são toleradas e, às vezes, são reprimidas. Os mais permitidos são os 'espaços providenciados'⁵, sujeitos à supervisão e controlo do Partido-Estado. No entanto, esses espaços não são espaços de poder, no sentido de Arnstein (1969) e Gaventa (2005), onde a participação do cidadão se reflecte no processo de tomada de decisão. Nesse contexto, cabe perguntar: que formas específicas assumem os processos e mecanismos de empoderamento e responsabilização (em FCVAS em Moçambique)? O que significa empoderamento e responsabilização para as pessoas nesses locais? Estas são algumas das questões que os diários de governação nos permitiram estudar.

3. Diários de Governação

O termo 'Diários de Governação' é inspirado do livro 'Portfolios of the Poor', de Collins et al. (2009). Nos 'Portfólios', os autores pesquisaram aspetos específicos e íntimos do quotidiano das pessoas, daí o termo 'diários'. Eles registaram num diário as informações do dia-a-dia das pessoas envolvidas nas suas pesquisas, com foco específico nas questões financeiras. Com 'Diários de Governação', fomos mais longe; além de questões financeiras, captámos expressões e percepções de empoderamento, responsabilização, Autoridade Pública e Estado. No entanto, como os 'Portfólios', os Diários de Governação recorreram à observações profundas e minuciosas de como as pessoas pobres lidam com questões do dia a dia, buscando, com essas observações, mas também visitas e conversas regulares, criar bases de confiança com os interlocutores.

⁵ No 'Power Cube' de Gaventa, os espaços providenciados são arenas de tomada de decisão controladas pelas elites (Gaventa 2005).

3.1. Métodos⁶

3.1.1. Seleção de Locais e Unidades de Pesquisa

A nossa abordagem metodológica levou em consideração a questão da 'fragilidade' do Estado, descrita na seção anterior, e o fato dos locais de estudo serem afetados por conflitos. Identificamos dois tipos de conflito: conflito de terra e conflito armado. O conflito de terra deriva do reassentamento contestado em áreas afectadas pelo 'boom' de recursos naturais em Moçambique. A mineração de carvão é intensa na província central de Tete, especificamente no Distrito de Moatize, e levou a um grande reassentamento da população em Cateme e Mualadzi. Com agregados familiares como unidades de investigação, seleccionámos onze nesta província, seis na aldeia de Mualadzi, onde as pessoas de Capanga, na cidade de Tete, estão reassentadas, e cinco na sede de Cateme, habitada por nativos, mas com algumas comunidades reassentadas. A Sede da Cateme era uma espécie de 'zona de controlo', uma vez que os agregados seleccionados nesta povoação estão predominantemente 'em casa' e, portanto, não são reassentados.

Em Nampula, uma província do norte do país, seleccionámos o distrito de Murrupula porque foi um dos principais focos dos confrontos militares entre 2013 e 2016, quando a Renamo retomou os ataques armados⁷. Em Murrupula, seleccionámos seis famílias na aldeia de Muliú, onde vive a maioria das famílias que fugiram de Napuco⁸. Seleccionámos outras seis famílias em 7 de Abril, uma zona de Muliú. Tal como a Sede de Cateme na Província de Tete, 7 de Abril era a nossa zona de controlo para Nampula.

Também levámos em consideração a dimensão rural-urbana e, assim, integrámos as capitais de ambas as províncias. Para cada uma das capitais, identificámos dois bairros peri-urbanos: Khanloca em Nampula, que fica relativamente distante do centro da cidade, e Namicopo, mais próximo, mas conhecido pelo alto índice de criminalidade. Em Tete, seleccionámos Sansão Muthemba, do lado direito do rio Zambeze, e Matundo, do lado esquerdo. Seleccionámos seis Agregados Familiares por bairro, todos com base nos critérios de

⁶ Para obter mais detalhes sobre a metodologia de Diários de Governança, ver Loureiro et al. (2020).

⁷ Entre 1976 e 1992, Moçambique viveu uma guerra civil brutal entre o governo liderado pela Frelimo e a Resistência Nacional Moçambicana (Renamo). A guerra cessou com um acordo de paz em 1992, mas após cerca de duas décadas a guerra recomeçou em 2013. Desta vez, a Renamo regressou à mata após o fracasso do diálogo com o governo, no qual, entre outras questões, a Renamo reivindicava: (1) a necessidade de separar a Frelimo do Estado, (2) a nomeação de governadores em quase todas as províncias das regiões centro e norte do país, onde alegou ter ganho as eleições gerais de 2014, e (3) a integração dos seus guerrilheiros no exército e na polícia de Moçambique.

⁸ Quando iniciamos o trabalho de campo, as tensões militares eram ainda intensas, por isso era perigoso deslocar as nossas equipas para Napuco, onde se encontrava a base militar da Renamo. Tal foi possível somente nos últimos meses, mas, enquanto não podíamos, trabalhamos em Muliú, próximo de Napuco e onde se abrigava parte significativa das famílias que fugiram dos confrontos

precariedade e pobreza. Por famílias pobres, neste estudo, como nos 'Portfólios', entendemos:

Famílias que apresentam evidências de privação das necessidades humanas básicas que existiram por um longo período de tempo (muitos meses e, por vezes, anos) - pobreza crónica. Os exemplos incluem passar fome durante a "má época", habitação de má qualidade, desemprego, falta de acesso à serviços básicos de saúde, crianças que não vão à escola e sendo socialmente excluídas. Quase sempre, essas famílias têm rendimentos baixos e irregulares e poucos activos ou activos negativos devido ao endividamento. ". (Collins et al. 2008: 190-95).

Nos agregados familiares pobres, procurámos caraterísticas que aumentassem a sua marginalização, nomeadamente uma mistura de serem: chefiados por mulheres; idosos e sem apoio familiar; minoria religiosa; sem terra; deslocados; na extremidade inferior do sistema de estratificação social local; beneficiário do programa de transferência monetária; casa não cimentada; único na família, entre outros.

No total, terminamos com 47 agregados familiares espalhados pelas duas províncias (Tete e Nampula), em quatro distritos (Moatize, Murrupula, Tete e Nampula) e oito aldeias, zonas ou bairros (Mualadzi, Sede Cateme, Matundo, Sansão Muthemba, Muliu, 7 de Abril, Namipoco e Khanloca). Havia seis famílias em cada aldeia, zona ou bairro, com excepção da Sede de Cateme, onde tínhamos apenas cinco.

3.1.2. Recolha e Análise de Dados

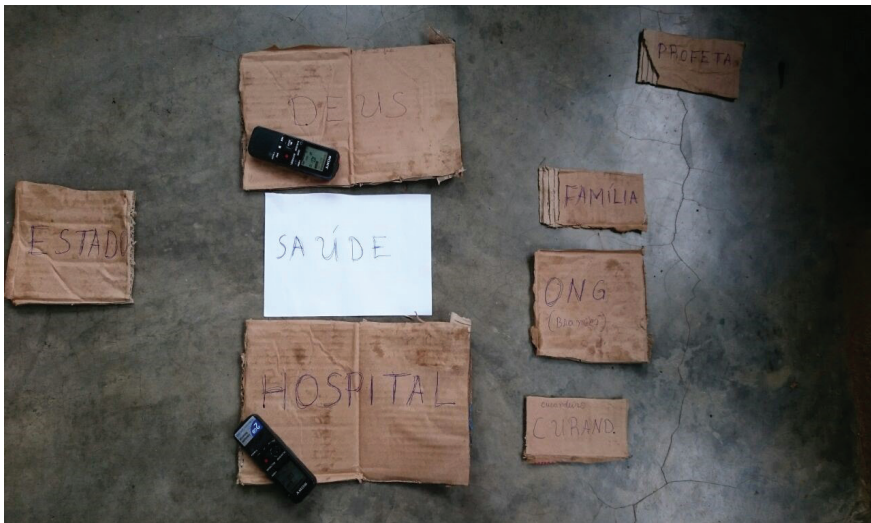
A recolha de dados baseou-se, essencialmente, na observação, conversas mensais abertas, com as 47 famílias pobres e marginalizadas descritas acima, para além de entrevistas semiestruturadas, especialmente com líderes locais e outros atores identificados pelas famílias como sendo relevantes para resolver os seus problemas quotidianos. Observámos todos os detalhes dos locais onde as nossas conversas e entrevistas ocorreram (por exemplo, debaixo de uma árvore, dentro de uma casa, o tipo de casa) e aspetos relacionados com entrevistados (por exemplo, a sua aparência física, linguagem usada e tom de voz). Em alguns casos, também observámos o funcionamento de algumas das instituições que prestavam os serviços básicos que analisámos, principalmente de saúde.

A partir da quarta visita aos gregados selecionados⁹, introduzimos mapas institucionais.

⁹ No total, efetuamos seis visitas à cada agregado familiar.

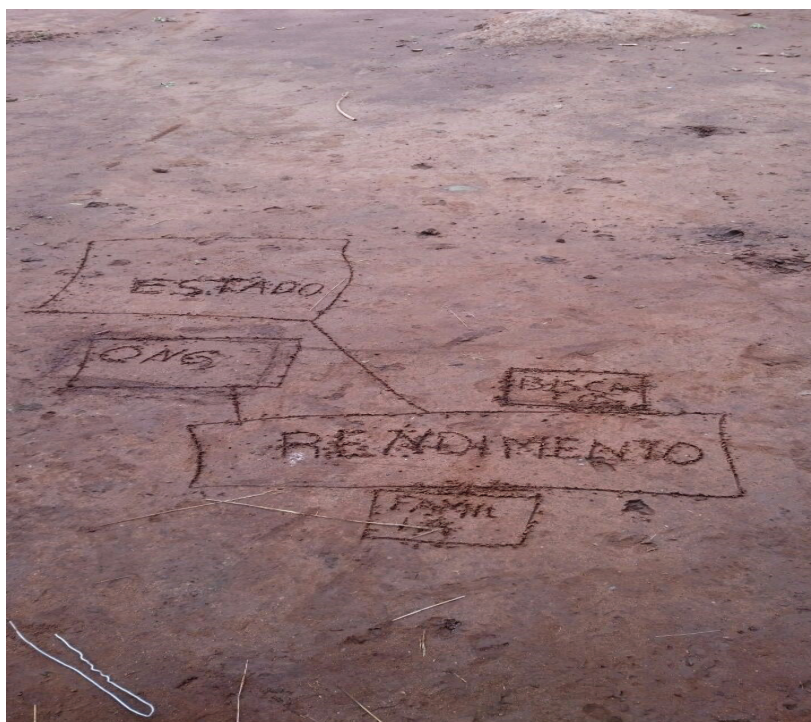
O objetivo era de identificar os principais atores para cada assunto investigado, a sua capacidade de resolver problemas e como os agregados familiares acedem (ou não) à esses atores. Parte do exercício consistia em 'entrevistar o diagrama' (fazer perguntas sobre o que estava representado no gráfico), para sondar como e por que os participantes escolhiam identificar certos atores, que critérios eles usam para determinar o poder e o nível de relacionamento entre os diferentes atores. O objetivo final do exercício era de mapear os atores que os diferentes agregados familiares identificavam como Autoridades Públicas e as razões pelas quais o faziam.

Figura 1: Exemplo de questões de saúde de desenho do mapa institucional (Nampula, 29 de Outubro de 2018)



(Fonte: Equipe de Pesquisa)

Figura 2: Elaboração do mapa institucional sobre rendimento familiar (Tete, 20 de Setembro de 2018)



(Fonte: Equipe de Pesquisa)

Para cada conversa, entrevista e observação, produzimos notas de campo descritivas e reflexivas. As notas de campo descritivas contêm informações detalhadas e precisas do que víamos, ouvíamos e experimentávamos. Descrevíamos, com o máximo de detalhes possível, relatos de eventos e ações específicas, incluindo a listagem de quem participava, o objetivo do evento, como os participantes se engajavam, a natureza das suas ações, detalhes históricos, que poderiam contextualizar os eventos, e mais. Isso foi importante porque eventos, actividades e ações dos entrevistados, em qualquer ambiente, revelam como eles vivem e os significados que atribuem aos comportamentos implícitos nessas ações.

Notas de campo reflexivas eram relatos pessoais do que aprendíamos, incluindo as nossas especulações, sentimentos, dificuldades, ideias, palpites, impressões, preconceitos, análises, planos para futuras investigações, esclarecimentos, sínteses, conexões e outras idéias.

Enquanto as notas de campo descritivas nos deram intuições úteis sobre o valor e a natureza dos eventos na vida dos entrevistados, as notas reflexivas forneceram dados contextuais para interpretar as notas descritivas, complementando-se.

A análise dos dados foi um processo iterativo, uma vez que, mensalmente, revisitávamos todas as transcrições, que codificávamos manualmente, identificando tendências e reajustando gradativamente a metodologia de pesquisa, em função do que encontrávamos durante o trabalho de campo¹⁰.

4. Acesso à Serviços

A capacidade de providenciar serviços públicos básicos é central para a compreensão do conceito de 'Estado frágil', 'contexto frágil' ou 'ambiente frágil'. Um Estado frágil é comumente entendido como aquele que é incapaz de garantir condições mínimas de segurança e fornecer outros serviços básicos (por exemplo, saúde e educação), bem como oportunidades económicas para os seus cidadãos (McCloughlin e Idris 2016). No entanto, como nota Green (2017), este conceito é contestado porque não leva em consideração todas as diferentes facetas da fragilidade, identificáveis em quase todos os Estados, embora, ao mesmo tempo, poucos Estados sejam completamente frágeis.

No caso de Moçambique, tendo em consideração os aspetos mencionados na seção 2, consideramos que o termo 'Estado frágil' é aplicável, mas neste artigo, seguindo Green (2017), usamos o termo 'contextos frágeis' ou 'ambientes frágeis', porque, de fato, nalguns dos nossos locais de estudo, a fragilidade é muito mais acentuada do que noutros. Levantamos a hipótese de que, nesses contextos, o reassentamento e a violência armada, conforme apresentado na seção anterior, agravam a marginalidade e a fragilidade das famílias selecionadas. É este o caso? Nesses contextos, como é que as pessoas resolvem os seus problemas? Quem são os atores a quem eles recorrem? Porquê? Centrâmo-nos em três setores fundamentais do Estado: saúde, segurança e tributação.

4.1. Saúde

Desde as nossas primeiras visitas mensais, notámos que todas as famílias experimentaram algum tipo de problema de saúde, seja em casa ou na vizinhança. Para resolver isso,

¹⁰ Para mais detalhes, ver Loureiro et al. (2020)

eles recorriam a hospitais e centros de saúde (disponíveis nos quatro locais), bem como a curandeiros. Os serviços prestados pelos curandeiros são muito mais caros do que os dos hospitais, mas as pessoas confiam mais nos primeiros para resolver os seus problemas de saúde. Porém, com frequência, a ida aos curandeiros é antecedida pela ida aos postos de saúde ou hospitais, mas, quando tal não sucede, nalguns locais, como, por exemplo, em Muliú, em Murrupula, os próprios curandeiros aconselham os pacientes a dirigirem-se ao hospitais e só depois procurarem os seus serviços. Entre os fundamentos para a recomendação dos curandeiros, destaca-se o da necessidade de garantirem melhores diagnósticos das doenças, uma vez que os hospitais detêm máquinas e ferramentas mais eficazes para o efeito, para além do reforço da sua legitimidade, depois do alegado ‘fracasso’ do tratamento hospitalar. Com a legitimidade reforçada, os curandeiros podem definir e praticar preços mais elevados. De seguida um extrato de uma conversa contendo dados indicativos sobre os custos incorridos por um agregado, aquando do recurso a cada um dos dois atores:

Pergunta (P) - *Disseram que acompanhaste sua irmã para o curandeiro, quanto pagaste?*

Respondente 2 (R2 – Chefe do Agregado familiar): *Já não me lembro, só me lembro que para adivinha paguei 20 meticais, para o tratamento 60 meticais e total foi 80 meticais*¹¹.

P - E aquele mano [referindi-se a um dos filhos do nosso interlocutor] quando adoeceu você levou ao hospital?

R2 - Sim levei, fizeram, análise e não acusou nada.

P - Mas receitaram alguma coisa?

R2 - Paguei 1 metical para a consulta e 5 metical para os medicamentos.

P - Fora esses dois, ninguém mas ficou doente?

R1- Só essa minha filha estava doente, tinha trombose.

R3 - Eu primeiro tinha trombose, depois de um mês me atacou disenteria esse Dezembro mesmo.

P - Para onde foste para curar a disenteria?

R3 - Não fui ao hospital, tomei esses medicamentos mesmo tradicional, não fui ao curandeiro , apenas ia ai levava algumas folhas conhecidas e tomava e Deus me ajudava e curava. (Entrevista, Agregado Familiar 1, Nampula, Namicopo, Dezembro de 2017).

¹¹ 1 dollar equivale a mais ou menos 70 meticais, pelo que 20 meticais é 1/3 de 1 dollar e 80 meticais é 1.1 dollars.

O excerto acima é de uma conversa que permite ter dados indicativos sobre os custos incorridos pelas famílias ao se dirigir a cada um dos dois principais atores do setor de saúde: hospitais ou centros de saúde e curandeiros. Também mostra como a falta de meios financeiros bloqueia o acesso à esse serviço básico, apesar dos custos relativamente baixos de ambos os atores do setor de saúde. Alguns agregados familiares não recorrem a qualquer tratamento, simplesmente porque não têm meios para pagar. Acabam ficando em casa, padecendo de doenças, como testemunhámos em quase todas as famílias que visitámos. Eles afirmam não ter dinheiro, nem para as consultas nem para comprar remédios.

Além do custo e da falta de remédios, as reclamações neste setor incluíram a questão do atraso na abertura e a recusa dos enfermeiros ou médicos em atender os pacientes, principalmente nos finais de semana e nas noites. Em Mualadzi (Província de Tete), os agregados familiares queixaram-se muito do mau serviço, com casos de mulheres dando partos nas varandas dos hospitais, devido à alegada negligência dos funcionários. Estas situações contribuem também para que os agregados familiares recorram aos curandeiros, atores que, como assinalamos acima, mais contam para resolver os problemas de saúde, embora sejam muito mais caros do que os hospitais e centros de saúde.

4.2. Segurança e Justiça

Tradicionalmente, a segurança é uma responsabilidade atribuída aos Estados (Del Rosso Jr. 1995; Hama 2017). Isso ocorre porque a segurança:

...há muito (embora não exclusivamente) significa "proteção contra a violência organizada causada por estrangeiros armados". Uma vez que "estrangeiro" implica uma pessoa que "não é como nós", e uma vez que "Estados territoriais" (ou estados-nação) surgiram na Europa após 1648, como o princípio organizador dominante para separar "nós" dos "outros", a identificação da segurança com o Estado não é surpreendente. (Del Rosso Jr. 1995: 183).

Como explica Del Rosso Jr., 'o Estado tornou-se, não apenas o principal provedor de segurança, mas também o seu principal intérprete' porque o processo de consolidação da burocracia, e com ele do próprio Estado, resultou em grande parte da consolidação das capacidades militares daquela entidade. Para Hama (2017), porém, além da segurança do Estado, há também a seguranda da sociedade e humana, o que destaca a importância de outros atores. Se somarmos justiça à segurança, como fazemos neste estudo, quem são os atores que se destacam? De que tipo de segurança e justiça estamos a falar?

Na nossa pesquisa, a (in) segurança é interna e, basicamente, dupla: por um lado, trata-se de conflito armado e, por outro, está associada ao crime, que, em diferentes graus, ocorre em quase todos os nossos locais de pesquisa, com mais intensidade em Namicopo, na cidade de Nampula. No caso de conflito armado, entrevistámos agregados familiares de Muliu (Murrupula), alguns dos quais vieram de Napuco, onde existia uma importante base militar da Renamo e, portanto, é um dos principais focos de confrontos militares em Nampula. Apesar da interrupção dos ataques em Napuco, algumas famílias oriundas desta aldeia preferiram permanecer em Muliu, pois, segundo eles, a presença de soldados em Napuco continua a ameaçar as suas vidas. Porém, muitas dessas famílias afirmam que, sair de Napuco, aumentava a precariedade das suas vidas, pois ali tinham as suas terras para plantar, o que é a sua base de subsistência. Com poucas alternativas, muitos continuam indo para Napuco fazer machambas, mas sempre voltam para Muliu, onde se sentem mais seguros. Deve-se notar, no entanto, que Napuco tem terras relativamente mais férteis que as que se encontram noutras áreas de Murrupula, incluindo Muliu, razão pelas quais as pessoas continuam a correr esses riscos, para sobreviverem.

Aqui [em Muliu] eu pareço um refugiado. Não tenho terra ...Onde eu cultivo, eles me emprestaram e eu vivo através disso. Mas aqui é difícil ... mesmo quando ainda havia muitos tiros em Napuco, nós [da casa e dos vizinhos] ainda íamos para Napuco porque lá produzíamos mais do que aqui ... nós só fazemos trabalho da machamba e voltamos aqui para dormir. Até agora não volto a viver em Napuco porque estou acostumado a ficar aqui ... [aliás], também não sabemos quando os [tiros] vão recomeçar. Eles não informam. Prefiro ficar aqui, mas vou continuar com as minhas terras lá em Napuco ... (Entrevista, Agregado Familiar 3, Nampula, Muliu, Novembro 2017).

Na questão de criminalidade, destaca-se o caso de Namicopo. O bairro é considerado um 'bairro de bandidos' e existe um termo usado em Nampula para os designar: 'anamicopo', que, literalmente, significa 'de Namicopo'. Segundo nos contou uma senhora idosa, que entrevistamos naquele bairro, por exemplo, quando há confusão numa fila nos hospitais e os funcionários se percebem que há alguém de Namicopo, dizem 'aquele de Namicopo é o problemático!' (Entrevista, AM, Nampula, Namicopo, Outubro de 2017). No que diz respeito ao tratamento médico, segundo a idosa, quando alguém de Namicopo sofre uma lesão num membro (muitas vezes provocada por um acidente de moto), a resposta tende a ser radical: cortam o braço ou a perna. Embora alguns residentes do bairro estejam acostumados com a criminalidade e a estigmatização a que estão sujeitos, outros evitam se identificar como naturais de Namicopo para evitar discriminação, principalmente no acesso a serviços públicos como saúde.

Quanto aos ladrões, aqui é casa deles. Isto é, aqui é a própria zona deles, de tal forma que mesmo lá na cidade já se sabe que todos os de Namicopo são bandidos, por isso ao abrir ficha no hospital, por exemplo, não colocamos que viemos do bairro de Namicopo porque podemos não ser atendidos por sermos considerados de confusos. (Entrevista, Agregado Familiar 1, Nampula, Namicopo, Setembro de 2017).

Em muitas entrevistas, os membros dos diferentes agregados familiares de Namicopo dizem até conhecer os bandidos porque, como frisavam, "... são filhos aqui da zona..." (Entrevista, Agregado 3, Nampula, Namicopo, Janeiro de 2018), apesar de, nalgumas circunstâncias, associarem a criminalidade à presença de pessoas oriundas de outras províncias, sobretudo da Zambézia. Contudo, mesmo se conhecendo os criminosos, e, recorrentemente, os apresentarem à polícia e aos secretários do bairro, poucos confiam na capacidade daqueles em estancar a situação. "... aí apareceram ladrões e roubaram portas e 18 barrotes, mas os donos preferiram não queixar em nenhum local porque agradecem e confiam no Allah como estes são muçulmanos", exemplificou um dos entrevistados (Entrevista, Agregado 1, Nampula, Namicopo, Setembro de 2017).

Tal como em Namicopo, em Khanloka (Nampula) e Sansão Muthemba e Matundo (Tete), os agregados familiares recorrem à polícia e secretários de bairro se tiverem um problema de segurança. Na Sede do Cateme (Tete), porém, recorrem aos chefes das aldeias, enquanto em Mualadzi (Tete) recorrem também ao Comité de Gestão e Desenvolvimento dos Recursos Naturais, uma organização de base comunitária. Apenas se os chefes ou o Comité não puderem resolver ou ajudar a resolver o problema nessas aldeias, as famílias vão à polícia. No caso de Mualadzi, graças ao dinamismo do Comité, se o problema ainda não for resolvido, sobe na hierarquia, começando pela liderança local, até, se necessário, atingir o nível distrital, ou mesmo provincial. Porém, o custo dificulta o acesso à justiça. De acordo com várias famílias em Mualadzi, em caso de litígio, roubo ou qualquer outra situação que requeira a intervenção da liderança local, são cobrados valores, que, segundo eles, poucos podem pagar. Uma situação semelhante foi observada em Namicopo:

R - O que sei é que quando alguém tem um problema e reclama, quem reclama paga e o acusado também paga.

Q - Quanto é que eles pagam?

R - Quem reclama paga 50 meticais e o arguido também paga 50 meticais.

Q - Porque é que quem reclama tem de pagar?

R - Eu não sei.

Q - Porque não é apenas o acusado a pagar?

R - Quem deve pagar é o acusado, mas aqui todos perdem, tanto o acusado quanto a pessoa que reclama pagam.

(Entrevista, Agregado Familiar 4, Nampula, Namicopo, Janeiro de 2017)

Existe, no entanto, uma situação curiosa em Mualadzi, onde por questões de segurança, para além de recorrer ao Comité, as pessoas têm de se deslocar para a casa do comandante da polícia e não para a esquadra, que normalmente fica abandonada. Segundo um dos polícias que trabalham nessa esquadra, eles preferem trabalhar em casa porque quase nunca há casos criminais e a comunidade sabe onde localizar a polícia, em caso de necessidade. Os nossos entrevistados de Mualadzi, no entanto, reclamaram de assaltos recorrentes a alunos que se deslocam a Cateme, fazendo com que alguns desistam de frequentar as aulas.

Assim, até esta seção, vale destacar que tanto os atores estatais como não estatais são importantes e, parte dos últimos são reconhecidos como autoridades no exercício de importantes funções de governação, como a prestação de serviços de saúde e segurança. Alguns dos atores não estatais são os primeiros interlocutores das famílias porque são percebidos como estando ligados ao Estado, mesmo que não sejam, pelo menos não directamente, como é o caso, por exemplo, do Comité de Gestão e Desenvolvimento de Recursos Naturais em Mualadzi.

4.3. Tributação

A tributação, uma função central da governação, influencia muito as relações Estado-Sociedade (Brautigam et al. 2008). Na verdade, as receitas fiscais não apenas permitem que os Estados providenciem segurança e demais bens públicos (Brautigam et al. 2008), mas todo o processo de tributação pode desempenhar um papel democrático (Kato e Tanaka 2019; Dom 2018). Isso porque os contribuintes devem monitorar o uso do seu dinheiro, o que, pelo menos em tese, gera um dividendo democrático, do lado Estado (Kato e Tanaka 2019; Dom 2018). 'Não há tributação sem representação' é a expressão dessa relação, significando que, sem representação e, portanto, direito de participar, decidir e fiscalizar, não há obrigação de pagar impostos. É uma questão de direitos e deveres, central para as democracias. Mas em contextos de marginalização e pobreza, como é que os impostos são percebidos? Quem paga e porquê?

Sem renda, os cidadãos não podem pagar impostos, pelo menos monetariamente. Por esta razão, neste projeto, começamos por perguntar sobre a renda das famílias do nosso estudo

e a fonte dessa renda. Verificámos que, em todas as localidades, era difícil para as famílias estimarem sua renda mensal, uma vez que, por um lado, a maioria dos membros dos agregados familiares não possui emprego permanente e, portanto, uma fonte regular de renda, e por outro, a maioria basicamente sobrevive da agricultura de subsistência. Os que vivem nas cidades, que também praticam a agricultura de subsistência, recorrem ao 'majorijo' (biscatos) e a pequenos negócios informais como a venda de água e bebidas.

Em relação aos impostos oficiais, poucas famílias entrevistadas pagam. As mulheres, em particular, simplesmente não pagam e, além disso, poucos dos entrevistados, tanto em contextos rurais como urbanos, sabiam para quê os impostos eram usados¹². Um exemplo de Khanloca em Nampula:

Q - Você paga impostos?

R - Não, eu não.

Q - Mas você já pagou impostos?

R - Não, nunca paguei porque nunca ouvi falar de mulheres que pagam impostos. Desde a época colonial as mulheres não pagam.

Q - Mas você sabe onde os impostos são pagos?

R - Não vejo mais pessoas querendo saber onde são pagos.

Q - Mas você sabe onde eles são pagos?

R - Eu ouvia pessoas falando sobre isso, agora não.

Q - O que você já ouviu?

R - Eu ouvi pessoas dizendo que haviam pago no Posto Matador.

Q - Quanto é que essas pessoas disseram que pagaram e à quem?

R - Só ouvi pessoas falando, mas não sei quanto pagaram.

Q - Essas pessoas não disseram quanto e o que pagaram?

R - Não, mas já faz muito tempo e nunca perguntei quanto e o que pagaram. Apenas ouvi

...

Q - Você apenas ouviu?

¹² Salientar que as famílias entrevistadas são pobres e poucas têm empregos formais. Em geral, as pessoas que trabalham no setor formal têm os seus impostos descontados automaticamente, independentemente do género. Porém, para os nossos entrevistados, este não é o caso. Quase todos estão desempregados e têm que pagar impostos directamente aos líderes locais.

R - Sim, apenas ouvi sobre isso.

(Entrevista, Agregado Familiar 1, Nampula, Khanloca, Setembro de 2017)

Mualadzi é um caso incomum. Nesta aldeia, tanto as mulheres como os homens entrevistados, dizem que não pagam, apesar de conhecerem a utilidade dos impostos. Segundo eles, eles não pagam simplesmente porque não podem pagar, pois estão empobrecidos pelo reassentamento. Um dos entrevistados perguntou: 'quem terá a coragem de vir aqui e nos cobrar, depois do que nos fizeram?' (Entrevista, D.S, Tete, Mualadzi, Setembro de 2017), referindo-se à precariedade provocada pelo reassentamento. A questão da precariedade e pobreza também foi levantada nas áreas peri-urbanas de Nampula e Tete como razão para o não pagamento de impostos. O seguinte excerto, de uma conversa que teve lugar em Matundo, Tete, é apenas um exemplo:

Q - *Você já ouviu falar de impostos?*

R - Sim, eu já. Agora, se você quer saber se eu pago, a resposta é não.

Q - *Porque é que a resposta é não?*

R - Se eu não tenho dinheiro para comprar comida, como vou ter para os impostos?

(Entrevista, Agregado Familiar 2, Tete, Matundo, Setembro de 2018)

Porém, ainda que em pequena escala, constatamos que, para além dos impostos diários cobrados nas feiras e mercados, em Murrupula alguns agregados familiares pagam anualmente a licença de uso de bicicletas e o que chamam de imposto de bicicleta. De acordo com o chefe da aldeia na Sede de Cateme, há também um imposto por agregado familiar, cujo o valor os líderes locais esperavam duplicar, mas, devido à pobreza na área, foi reduzido. Segundo o chefe da aldeia, mesmo com a redução, poucos pagam.

Quem paga o faz, como dizem, 'para evitar problemas com as Autoridades' (Entrevista, Família 1, Nampula, Murrupula, Setembro de 2017), não porque saiba como o dinheiro é utilizado, ou para onde vai a sua contribuição. Nem perguntam: 'Eles não falam Eles (os chefes) são os que sabem, mas nunca dizem a utilidade [do] dinheiro' (Entrevista, Agregado Familiar 3, Tete, Matundo, Setembro de 2017). Quanto à fiscalização, parece mais eficaz nas áreas rurais, onde os chefes das aldeias são figuras mais destacadas. São esses chefes que arrecadam os impostos e obrigam as pessoas a mostrarem os seus recibos, caso necessitem de intermediação para resolver um problema e/ou acessar aos serviços do Estado. Sem o comprovativo de pagamento do imposto, as famílias não são atendidas. Nas áreas periurbanas, esta tarefa é desempenhada pelos secretários de bairro, mas à semelhança das áreas rurais, devido à sua precariedade e pobreza, alguns agregados familiares não têm

condições de pagar.

Assim, por causa da precariedade, agravada pelo conflito armado e pelo reassentamento, poucas famílias têm dinheiro para pagar impostos. Outros simplesmente não pagam porque, como dizem, não entendem por que devem pagar. Em Mualadzi, o não pagamento é uma forma de protesto pela precariedade, alegadamente criada pelo reassentamento, que, igualmente, segundo os entrevistados, foi mal organizado. Além disso, por falta de dinheiro, as pessoas têm dificuldade em aceder aos serviços providenciados pelo Estado. Porém, o fato dos cidadãos, por vezes, recorrerem a atores não estatais para acessar os serviços tradicionalmente prestados pelo Estado mostra que o Estado não é ator exclusivo no desempenho de funções de governação. Como Green observa (2017: 9), '... os Estados não são as únicas instituições que respondem às necessidades dos cidadãos...' e a tarefa de se organizar coletivamente para providenciar bens públicos pode ser compartilhada entre uma grande variedade de atores." Quem são eles? Foco naqueles identificados pelos nossos entrevistados.

5. Com Quem Podemos Contar? Confiança, Legitimidade, Autoridade Pública e Estado

Para contar com uma entidade ou indivíduo, é preciso confiar nele e, nalguns casos, reconhecer a sua legitimidade. Mas como é definida a autoridade pública? E legitimidade, o que é? O que confere legitimidade a determinados atores na resolução de questões de governação? Apresentamos aqui as percepções dos nossos entrevistados.

5.1. Legitimidade e Confiança

A pergunta 'o que é legitimidade?' é frequentemente precedida por outra, que é: 'legitimidade para fazer o quê?' (Bakarat et al. 2016). Neste estudo, a resposta é: legitimidade para tratar de questões de governação, geralmente confiada a Estados. Por legitimidade, entendemos aqui, como em Suchman (1995: 574), "... uma percepção generalizada ou suposição de que as acções de uma entidade são desejáveis, apropriadas e adequadas, dentro de alguns sistemas de normas, valores e crenças socialmente construídos". Pressupõe, por um lado, aceitação (Ivison 2017; Habermas 1997; Luhmann 1980), e, por outro, consenso sobre um assunto específico com que a entidade ou indivíduo lida (Rawls 1993)¹³.

¹³ Essa definição combina aspetos da abordagem descritiva e normativa, que, respectivamente, destacam as crenças e a

Com base na perspectiva acima, identificamos duas fontes de legitimidade: (1) legitimidade conferida de uma posição hierárquica aos atores nas comunidades por outras entidades às quais, por diferentes razões, o poder é reconhecido por membros das comunidades (por exemplo, o Partido Frelimo ou o Estado), e (2) legitimidade conferida horizontalmente, por membros da comunidade à certos atores, não necessariamente associados à outras entidades consideradas 'superiores'. O seguinte extrato se encaixa no primeiro caso:

Sim, pagamos impostos ao secretário do bairro porque foi ele quem foi designado para fazer esse trabalho. Ele trabalha com os do partido [Frelimo], da localidade e até do distrito. Eles vinham aqui ... [então] nós o conhecemos e ele vai lá aos chefes ... (Entrevista, Agregado Familiar 1, Nampula, Murrupula, Setembro 2017).

Os secretários de bairro são atores interessantes quando se trata de questões de governação à nível local. Geralmente, são reconhecidos como legítimos, justamente por trabalharem com o partido ou com o Estado, mas para que as pessoas os procurem, devem ser percebidos como interlocutores válidos na solução dos problemas da comunidade. Quando não há confiança neles, ou noutros líderes locais, como em Mualadzi, as comunidades legitimam outros atores. Foi assim que o Comité de Gestão e Desenvolvimento de Recursos Naturais de Mualadzi surgiu como alternativa e, portanto, interlocutor legítimo na solução de problemas do quotidiano, inclusive os relacionados à saúde e segurança. Isso destaca a questão da confiança como um elemento associado à legitimidade. Como Gastil (2000) coloca, sem confiança, a legitimidade de qualquer instituição pode ser questionada.

Como mostramos na seção 4, a proeminência de alguns atores resulta da confiança neles depositada pelas pessoas. No caso da saúde, por exemplo, por um lado, existe uma relativa confiança depositada nos hospitais e centros de saúde, mas, por outro lado, em termos de eficácia, destacam-se os curandeiros. Sobre a questão da segurança, a ação da polícia, geralmente, não é considerada confiável, mas em Namicopo, na questão de segurança, nem mesmo os secretários de bairro são confiados. Alguns cidadãos dizem que 'desenrascam' e, outros, que simplesmente 'deixam tudo nas mãos de Deus', como mostramos na seção 4. Nos impostos não há grandes nuances. A imagem dos secretários pouco ou nada se distingue da dos chefes, ressaltando-se somente que, embora ambos não expliquem a utilidade e o destino dos impostos, raramente são questionados pelas comunidades. Neste último aspeto, e, mais uma vez, Mualadzi é exceção, graças ao dinamismo do Comité de Gestão de Recursos e Desenvolvimento, ainda que, paradoxalmente, alguns membros desta comunidade refram explicitamente que não canalizam as suas contribuições fiscais,

aceitação. Ambos incluem questões de obrigação. Max Weber (1978) é uma fonte fundamental na abordagem descritiva e Rawls (1993) na normativa. Para obter mais detalhes, ver Peter (2010).

alegadamente por causa da pobreza ou como forma de protesto contra as entidades que consideram terem precarizado as suas vidas, através do reassentamento.

5.2. Autoridade Pública

Uma percepção comum entre os inquiridos é que as Autoridades Públicas são entidades que resolvem ou ajudam a resolver diferentes questões de governação, especialmente quando próximas do Partido ou do Estado, que sequer distinguem. Com algumas nuances, essa definição assemelha-se a de Unsworth (2010), que inclui instituições formais e informais na definição de autoridades públicas. Segundo ele, Autoridades Públicas são pessoas e/ou entidades que:

...podem realizar funções essenciais de governação: proteção contra ameaças externas e gestão de relações externas; resolução pacífica de conflitos internos; e fornecimento ou facilitação do fornecimento de uma variedade de bens e serviços coletivos. (Unsworth 2010: 9).

O mérito da definição acima está em apontar a importância de uma diversidade de atores em qualquer função de governação, incluindo os não estatais. Na seção anterior, identificamos curandeiros, organizações da sociedade civil, polícia, chefes de aldeia e secretários de distrito como Autoridades Públicas. No entanto, Alexander (1997) já havia mostrado que esses atores são autoridades em contextos locais de Moçambique, especialmente os curandeiros e chefes de aldeia. Alexander também se refere a uma crise de Autoridade no país:

O Estado moçambicano, e a sociedade moçambicana em geral, está passando por uma profunda crise de autoridade. A natureza da crise está enraizada nas práticas e pressões de anos anteriores. É o produto do fracasso do Estado pós-independência em transformar totalmente as noções portuguesas de autoridade, a sua coercividade e militarização, a sua confusão na distinções entre Estado e Partido, ataques à autoridade espiritual e incapacidade de promover ou proteger o progresso económico. (Alexander 1997, p. 20).

No nosso estudo, a polícia é uma figura-chave, frequentemente evocada como autoridade na aldeia e no bairro. Os agentes da polícia sempre se apresentam como 'autoridades' ou mesmo chefes, e são tratados como tal, tanto no meio rural como no urbano. Como o termo 'autoridade', localmente, o termo 'chefe' está associado ao exercício de alguma função dentro do governo, ou do Estado, ao contrário dos secretários de bairro, que são clara-

mente figuras do Partido. Porém, na prática, dado o contexto político descrito na primeira seção, essas figuras se sobrepõem e o chefe é mais partidário, embora, oficialmente, esteja inserido na estrutura administrativa do Estado. No entanto, ambas as figuras são amplamente referenciadas como autoridades nos nossos diferentes locais de pesquisa, embora os secretários de bairro se destaquem mais nas zonas urbanas e os chefes de aldeias nas zonas rurais. Em Muliú, por exemplo, o chefe da aldeia é a figura em que as pessoas mais recorrem para resolver os seus problemas, portanto, visto como a autoridade, pelo menos para essas comunidades. De forma semelhante, o secretário do bairro é frequentemente referenciado em Khanloka (Nampula) e Matundo (Tete).

Existem, no entanto, sobreposições na representação de autoridade e liderança, por vezes gerando confusão. Neste contexto, a 'autoridade' surge muitas vezes como quem dirige, 'ajuda, orienta, aconselha' (Entrevista, Agregado Familiar 7, Tete, Cateme Sede, Dezembro 2017), para além de resolver os problemas da comunidade. Autoridade é,

“... todo aquele que é responsável por alguma coisa. Por exemplo os chefes e secretários do bairro, estes são autoridade e velam pela nossa existência, se preocupam com nossos problemas e lutam para que estes problemas sejam ultrapassados através da resolução mediada por eles [...] [é quem tem] a liberdade “de decidir sobre alguma coisa. Como estes chefes decidem a quem escolher para fazer uma determinada actividade. Escolhem pessoas que elas querem e acham que podem para poderem, por exemplo, receber o valor dos idosos. Tudo isso porque estes são autoridade e têm poder...” (Entrevista, Agregado Familiar 1, Nampula, Namicopo, Outubro 2017)

Porém, a partir das diferentes entrevistas e conversas, notámos que a autoridade pressupõe a existência de alguma legitimidade, mesmo que não haja confiança. Em Namicopo, por exemplo, não há confiança na eficácia da polícia e dos secretários de bairro no que concerne ao crime, mas eles são reconhecidos e, portanto, vistos como autoridades. Por outro lado, em Mualadzi, os secretários de bairro e outros líderes locais não são confiáveis, nem reconhecidos ou aceites e, portanto, não são vistos como legítimos aos olhos da comunidade. Em Mualadzi, o Comité de Gestão e Desenvolvimento de Recursos Naturais aparece como 'autoridade' alternativa.

5.3. Estado

Existe uma vasta literatura sobre o Estado moçambicano (por exemplo, De Brito 1991; Gentili 2005; Carbone 2006, Bertelsen 2016). Para grande parte dessa literatura, porém, o Esta-

do é simplesmente definido como um 'partido-Estado' (Ver, por exemplo, Orre 2010; Nuvunga 2014), igualmente indistinto de Governo. De acordo com Bertelsen (2016: 9), 'o que normalmente definimos como Estado é para os moçambicanos frequentemente referido como o Estado, o governo, o partido (o partido, ou seja, a Frelimo), ou simplesmente como apenas Frelimo (o partido Frelimo)'.

Neste estudo, como na literatura acima, os entrevistados usam os termos 'Estado', 'Partido' e 'Governo' de forma indistinta, e os atores locais evocados quando se fala de qualquer uma dessas entidades são os mesmos: chefes de aldeia e secretários de bairro, os últimos sendo especificamente partidário.

Governo são chefes e secretários de bairro (sic). São o governo (sic)... e fizeram uma reunião dizendo para voltarmos a Napuco porque a guerra acabou. O governo é o Estado que nos envia para onde quer e nos ajuda ... (Entrevista, Agregado Familiar 6, Tete, Cate-me Sede, Agosto 2017).

Em termos de expectativas, entretanto, há algumas observações. O Estado é percebido como um pai e, como tal, as pessoas esperam que ele "as guie", "comande" e "ajude". Eles esperam que o 'pai' forneça serviços básicos e atue como uma Autoridade, resolvendo os problemas da comunidade. É por isso que sempre recorrem a ele: '... porque tudo o que temos ou precisamos vamos para o Estado. Até os prisioneiros vão para o Estado. O Estado regula o comportamento das pessoas e a forma como vivem» (Entrevista, Agregado Familiar 2, Tete, Matundo, Janeiro de 2018).

No entanto, porque o Estado, e com ele o Governo e o Partido Frelimo, são avaliados pelos serviços que prestam, sendo estes precários ou não prestados, nem mesmo a proximidade física dos representantes identificados (chefes de aldeia e secretários de bairro) torna o pai presente:

R - Sentimos que o Governo nos traiu. Tudo é caro. É difícil. O grande problema é a fome e não há trabalho para os jovens. O governo não nos quer.

Q - Porque é que você diz isso?

R: Somos discriminados. Eles deram melhores condições para os próximos [os reassentados]. Os nossos problemas são resolvidos pelos reassentados ... onde vimos isso? Perdemos a nossa autoridade.

Q - Mas por que diz que perdeu a sua autoridade?

R - Porque nós recebemos a eles [os reassentados] ... mas são eles que nos coman-

dam aqui agora.

(Entrevista, Agregado Familiar 6, Tete, Cateme Sede, Agosto de 2017)

O extrato acima também revela clivagens entre os residentes existentes na Sede de Cate-me e os residentes reassentados, todos associados a questões de acesso a serviços, que são vistos como relativamente melhores para os últimos. No entanto, a imagem de Estado como pai, não só ausente, mas também esquecido, também se estende a outras localidades. Este excerto é de uma entrevista em Mualadzi: ‘Estado são pessoas que nos protegem. Eles nos dão escolas, hospitais, polícia, estrada ... Mas estamos perdendo a esperança neste Estado porque ele está a se esquecer de nós’ (Entrevista, Agregado Familiar 4, Tete, Mualadzi, Dezembro de 2017).

O Estado ‘está a se esquecer’ porque, no imaginário dos entrevistados, não providencia serviços básicos ou, quando o faz, são ineficientes. Esse Estado não corresponde às expectativas que as pessoas têm de um pai, imagem que criou nas pessoas desde o início, quando era formalmente partido único. No entanto, mesmo defraudando expectativas que minam a confiança das pessoas, a legitimidade de Estado na comunidade ainda é raramente questionada. O caso de Mualadzi, apresentado acima, é uma exceção. Mas mesmo no caso de Mualadzi, são apenas os líderes locais - os chefes de aldeia e secretários de bairro - identificados como o Estado, que não são confiáveis nem reconhecidos como legítimos. Os dirigentes acima deles, especialmente à nível provincial, ainda são respeitados e reconhecidos,

O problema é com os nossos líderes locais. Alguns não fazem o seu trabalho. [Nós] colocamos as preocupações, mas eles nunca resolvem ... outros estão lá apenas para comer ... porque os níveis superiores [governo central e provincial] enviam coisas [dinheiro e outros materiais]. Os nossos chefes e líderes não nos respeitam. Eles comem.... É por isso que digo que os escalões acima são melhores. Eles ajudam, mas aqui [em baixo] há problemas. (Entrevista, Agregado Familiar 3, Nampula, 7 de Abril, Janeiro 2019)

Em resumo, neste estudo, nenhum dos entrevistados desqualificou o Estado enquanto autoridade. No entanto, o Estado é identificado e avaliado principalmente por meio de atores locais (por exemplo, secretários de bairro e chefes de aldeia), e são esses atores que são considerados relativamente menos capazes de resolver os problemas da comunidade, pelo menos em comparação com aqueles em níveis superiores (por exemplo, Governo provincial e central). Não se trata apenas da proximidade física e da consequente banalização da imagem dos atores locais que, muitas vezes, os entrevistados conhecem pessoalmente porque convivem com eles no quotidiano, mas é, sobretudo, uma avaliação das condições, incluindo materiais, que estão visivelmente menos disponíveis a nível local. É aqui que sur-

gem os outros atores. São aqueles que, ao se mostrarem capazes de interceder em outras

Quadro 5.1 O Comité de Gestão e Desenvolvimento de Recursos Naturais de Mualadzi

O Comité de Gestão e Desenvolvimento de Recursos Naturais de Mualadzi, conhecido localmente como simplesmente 'o Comité', é uma organização de base comunitária estabelecida em 2014 por um grupo de pessoas reassentadas na aldeia de Mualadzi, no Distrito de Moatize, Província de Tete. Atualmente é composto por 150 membros: 100 mulheres e 50 homens, todos vivendo em Mualadzi.

Os seus membros pagam 20 meticais mensais, mas o comité conta também com o apoio financeiro de outras organizações nacionais com sede em Maputo. A Associação de Apoio e Assistência Jurídica às comunidades (AJC) é apenas um exemplo. De acordo com um dos líderes do Comité, é com o apoio financeiro do AJC que eles pagam o aluguer, água e luz, então para esse líder, 'AJC é como uma mãe'. A Sekelekane, outra organização também com sede em Maputo, ajuda a comissão com material de escritório.

O Comité também colabora com várias organizações internacionais, como o World Wide Fund for Nature e Oxfam. Com seu apoio, o Comité actua principalmente nas áreas de indústria extrativa e assessoria jurídica. Porém, na comunidade, eles se tornaram intermediários, resolvendo ou ajudando a resolver uma ampla gama de problemas sociais. O seguinte é um relato de alguns dos problemas e como o Comité tenta resolvê-los:

O Comité está a fazer um óptimo trabalho. Conseguimos estabelecer um diálogo ao mais alto nível. Estamos a dialogar com o Governo provincial, mas com as lideranças [locais] ... vocês já conhecem as nossas diferenças. Tudo começou por causa de uma reclamação que fizemos ao Governador. Contámos a ele sobre a ausência de professores nas escolas e a falta de atendimento nos hospitais. Marcámos uma reunião [pública] e chamámos os líderes, mas eles simplesmente não apareceram. A gente conversou com o chefe da localidade, o próprio chefe do hospital, o director da escola, ... [eles] reconheceram. O director da escola disse que a ausência de alguns [professores] foi porque eles estavam ocupados preparando alguns documentos oficiais e outros.... Esperámos, mas o problema continuou e foi piorando cada vez mais. Então, escrevemos uma carta ao administrador. Relatámos a anarquia no posto de saúde ... Novamente, esperámos cerca de um ano, mas não tivemos resposta. Em Outubro ou Novembro subimos na hierarquia, entrando em contacto com o próprio governador ... Ele mandou uma comissão para averiguar. Eles descobriram que tínhamos razão: havia problemas nos setores de saúde e educação. Como resultado disso, o director da escola foi substituído, e o seu adjunto transferido, mas no posto de saúde não houve mudanças ...

Este extrato continua com relatos de como o Comité procedeu para garantir que a comunidade tivesse acesso a serviços de transporte, energia, água, segurança e justiça. Segue abordando a questão do conflito com as lideranças locais, o que, segundo o nosso interlocutor, os levou constituir o Comité, o que na verdade resultou na revitalização doutro Comité. O outro era composto por alguns membros da comunidade, mas era liderado por líderes locais, incluindo líderes tradicionais e secretários de bairro, para além de membros da Frelimo. Por causa de desentendimentos com esses líderes, já que, de acordo com o nosso entrevistado, '... eles pareciam estar a trabalhar mais para as empresas de mineração e para si próprios do que para a comunidade', os membros do que se tornou o Comité de Gestão e Desenvolvimento de Recursos Naturais de Mualadzi decidiram sair. Eles começaram como um grupo de dez pessoas, depois outros se juntaram a eles. Porém, após cinco anos, e apesar de muitas tentativas, o Comité ainda não foi legalizado e ainda funciona como uma organização informal.

Membros do Comité após uma reunião. Maio de 2019



6. Empoderamento e Responsabilização

Depois de identificar os atores "com quem contar" para resolver os problemas quotidianos das pessoas e agregados entrevistados, além das percepções de sua legitimidade e/ou identificação como autoridades, agora abordamos as percepções e expressões de empoderamento e responsabilização. As questões centrais são: (1) acham que as interações com as autoridades públicas as empoderam? (2) O que significa empoderamento nesses contextos? (3) As autoridades públicas são transparentes? prestam contas? Podem ser responsabilizadas? Quais os fundamentos? (4) O que é responsabilização para pessoas pobres e marginalizadas?

6.1. Empoderamento

Empoderamento é processo e resultado (Luttrell e Quiroz 2009). É processo de emancipação individual e de grupo (SDC 2004; Cornwall e Edwards 2010) de situações desvantajosas (DFID 2011; SDC 2004), ganhando (maior) controlo sobre os recursos e 'fontes de poder' (Batliwala 1994; Sen 1997), seja político, económico ou cultural (Luttrell 2009; Piron e Watkins 2004). O resultado desse maior controlo é mais consciencialização, mais capacidade de fazer escolhas e, acima de tudo, de exercer direitos, inclusive participando dos processos de tomada de decisão (Alsop et al. 2004; Cornwall e Brock 2005; Cornwall e Edwards 2010). Porém, na FCVAS, esses processos são raros, arriscados e têm resultados imprevisíveis (Loureiro et al. 2020), como constatámos na nossa pesquisa, mas com algumas peculiaridades.

Constatamos que sentimentos de desempoderamento, expressos por termos como 'incapacidade', 'resignação', 'distanciamento' e 'exclusão', são predominantes. Os nossos entrevistados são quase unânimes que, quando não há resposta aos pedidos da comunidade, quando eles 'não fazem o que pedimos' (Entrevista, Agregado Familiar 1, Nampula, Murrupula, Janeiro de 2018), não há respeito, não há consideração e não há inclusão. Portanto, há desempoderamento,

P - ... *vocês tomam alguma decisão sobre os passos a seguir?*

R - Ficamos só. Ninguém nos ajuda, visto que nós não temos poder com as palavras. Não temos como determinar nada. Noutros países ou províncias dão ajuda, as pessoas falam, tem direito a palavra, oferecem plásticos e palha, mas nós não. Nós estamos escondidos. Outras vezes conseguimos tirar coisas das nossas manchambas para sobrevirmos, mas desta vez estragou-se tudo... (Entrevista, Agregado Familiar 1, Nampula, Murrupula, Janeiro de 2018).

Empoderamento, que aparece em termos como 'aprender', 'saber', 'ser ouvido', 'respeitado' e 'incluído', ocorre quando há (percepções de) resposta aos pedidos da comunidade, quando eles 'fazem o que pedimos' (Entrevista, Agregado Familiar 1, Nampula, Murrupula, Janeiro de 2018). Nessas circunstâncias, as pessoas se sentem 'respeitadas', 'consideradas', 'incluídas' e, portanto, 'fortalecidas', ou 'empoderadas'.

Quando a população tem uma preocupação, eles [os dirigentes] tem reunido e vão ao chefe apresentar o problema [...] O chefe escuta e vai escrevendo o que a população está a dizer e vai ao posto apresentar o papel sobre as preocupações da população (sic), depois os papéis são levados a Murrupula, depois para Nampula e de lá sai uma ordem e vem fazer o que o povo pediu. Sentimo-nos bem assim, porque nos ouvem. (Entrevista, Agregado Familiar 12, Nampula, Murrupula, Janeiro de 2018).

O excerto acima, da entrevista ao agregado familiar 1 em Nampula, mostra também um sentimento de 'falta de direitos', mas também de resignação e eles apenas 'desenrascam', porque não têm poder e, portanto, não têm meios para obter concessões das autoridades, entidades com as quais precisam interagir para que surjam sentimentos de empoderamento. Esta dimensão relacional é destacada por Batliwala (1994: 120): "empoderamento é o processo de desafiar as relações de poder existentes...".

Algumas questões de género também surgem das interações das famílias com as Autoridades Públicas:

'Fui ao chefe do Bloco [conjunto de 10 casas]... Alguém mandou um agente da polícia para aqui, [mas] não funcionou. Aí veio alguém e pediu para procurar [outra pessoa] ... Alguém que pudesse tirar todo o lixo e fazer uma cova para enterrá-lo... [eu] não fui atendida. Houve outro Secretário do bairro no meio deste ano. Ele disse que ia resolver, mas eu tive que ir reclamar de novo por isso ... Deus vê, ele entende que a sua pessoa está a sofrer porque não tenho para onde ir (sic). O Estado está a me rejeitar. Se eu tivesse marido, isso não aconteceria. (Entrevista, Agregado Familiar 2, Tete, Sansão Muthemba, Dezembro de 2017)...

Outro entrevistado:

Q - ...Documento perdido?

R - De modo nenhum. Desde que meu marido morreu, eu não recebo mais [pensão].

Q - O seu marido, onde é que ele trabalhou?

R - Ele não trabalhou. Recebíamos pensão, mas, quando ele morreu, também parei

de receber o valor. Eu me pergunto se [eu] não recebo porque meu marido morreu. Ninguém me respondeu até hoje ... Estou viva mas não recebo a pensão ... Então calo a boca porque são assuntos de governo e não temos onde reclamar (Entrevista, Agregado Familiar 2, Nampula, Namicopo, Agosto 2017).

Para 'serem capazes', as mulheres acima entrevistadas consideram necessário ter um intermediário - os seus maridos - porque, apesar das suas tentativas, por serem mulheres não são respondidas pelas Autoridades Públicas. Isso faz parte das lógicas e práticas sociais, que também impactam nas percepções de empoderamento e desempoderamento. Existem outros aspetos, incluindo um senso de respeito na hierarquia de se dirigir aos líderes,

...R - Quando temos preocupações, apresentamos ao Secretário do bairro e, quando eles [os chefes] se reúnem, [nossos chefes] levam as nossas preocupações e apresentam-nas aos chefes [superiores] ... É assim que se faz. Saltar e ir directo para os [grandes] chefes não é bom. É desrespeitoso.

Q - Portanto, as pessoas devem levar as suas preocupações e apresentá-las ao secretário do bairro. Este último leva as preocupações e compartilha com os seus 'chefes'?

R - Sim, se formos todos, significa que não há respeito. Mesmo aqui na minha casa, eles [meus filhos] não podem todos ir até a minha mulher ao mesmo tempo e pedir para ela comprar roupa.... A minha esposa tem de partilhar essa informação comigo ... (Entrevista, Agregado Familiar 2, Nampula, Murrupula, Janeiro de 2018).

Para se considerarem empoderadas, as pessoas dizem que precisam 'apenas ser ouvidas' e 'ter o direito de falar'. 'Basta ser ouvido' tem uma dimensão dupla: uma passiva e outra activa. A passiva, que é dominante, refere-se ao simples acto de falar, mas a activa vai além: participar, exigir e obter respostas, para ser considerado no processo de tomada de decisão. O breve excerto a seguir contém elementos desse duplo significado:

P - Pelo que vêes a sua opinião é ouvida no comité?

R - Sim ouvem, eles apontam todas ideias.

P - lembra-se de alguma opinião que foi benéfica lá no comité?

R - A importância está na palavra (...) porque, como havia dito anteriormente, tudo é registrado, só de falar já é importante.

(Entrevista, Agregado Familiar 8, Tete, Mualadzi, Janeiro de 2018)

É em Mualadzi que encontramos experiências mais participativas e, com elas, sentimentos de empoderamento, tudo galvanizado pelas actividades da Comissão de Gestão e Desen-

volvimento dos Recursos Naturais. As mulheres participam, falam, reclamam, confrontam as autoridades, organizam protestos e obtêm concessões. Em Janeiro de 2018, por exemplo, tivemos a oportunidade de participar de uma reunião onde isso aconteceu abertamente. Na verdade, a nossa visita às famílias de Mualadzi coincidiu com a de uma delegação da Assembleia da República. Tendo tido a oportunidade de assistir à reunião, pudemos testemunhar a frontalidade com que os membros da comissão abordavam a delegação, apresentando os seus problemas, incluindo questões de fome, transporte, mau atendimento nos hospitais e ausência de professores.

6.2. Responsabilização

Nesta pesquisa, usamos a responsalização em seu sentido amplo, como um conceito bidimensional (Schedler, 1999). Nesse sentido, a responsabilização envolve tanto a prestação de contas - a obrigação das lideranças de fornecer informações e e justificarem as suas ações, quanto a sanção - a possibilidade de penalidades ou consequências por não responder às demandas (Goetz e Jenkins 2005). No entanto, como McGee e Gaventa (2010: 4-5) colocam, '... muito do que chamamos de responsabilidade reflete apenas a categoria mais fraca: a prestação de contas, pois, embora as iniciativas lideradas por cidadãos ou autoridades públicas muitas vezes envolvam pressão 'de pares', raramente há sanções severas ". Isso é o que encontramos em nossos locais de estudo.

Em nossa pesquisa, percebemos que a maioria dos processos de responsabilização são verticais, tanto 'antes' como 'depois', mas os espaços para tais processos tendem a ser 'providenciados'. Os espaços 'providenciados', também conhecidos como fechados, são aqueles controlados pelas elites (Gaventa 2005). Responsabilização vertical, de acordo com O'Donnell (1998) (em McGee e Gaventa 2010: 5), refere-se a que ocorre '... entre os cidadãos e o Estado', e 'horizontal [refere-se] a pesos e contrapesos internos entre vários ramos ou órgãos do Estado'. A prestação de contas ex ante e ex post tem como ponto de referência o momento da tomada de decisão, a primeira referente ao monitoramento da implementação das decisões já tomadas, e a segunda quando há hipóteses de maior engajamento e, portanto, verificação de como as decisões são tomadas (O'Donnell em McGee e Gaventa 2010: 5).

São as elites locais (por exemplo, chefes de aldeia e secretários de bairro) que geralmente 'providenciam' espaços para a responsabilidade local, convocando reuniões públicas, pelo menos duas vezes; uma no início do ano e outra no final. Nessas reuniões, os líderes locais informam os membros das comunidades sobre as realizações do ano anterior, o que foi e

o que não pôde ser feito, e então planeiam as actividades para os próximos 12 meses. Em seguida, para fins de planeamento, eles recolhem informações sobre as necessidades das comunidades e as canalizam para as localidades, que, por sua vez, as encaminham para os distritos. Durante as reuniões, os chefes partilham informações e orientações que recebem dos seus superiores, mas isso às vezes acontece durante as visitas ao domicílio:

“O chefe tem a responsabilidade de fazer reunião aqui no bairro para as pessoas saberem o que ele foi dito na localidade, [isso] para a população estar informada. [Mas] o chefe aqui não faz reuniões, não sei porquê (...) O trabalho do chefe aqui na comunidade é de resolver problemas. Quando o problema é grave, e ele não consegue resolver, transfere para a localidade, mas se [se lá também] não conseguem, transferem à polícia e da polícia passa para Murrupula [o distrito]. Portanto, quando o chefe recebe informação na Localidade, ele reúne as pessoas aqui para também informar, [mas] ele [também] passa de casa em casa para passar a informação que recebeu na Localidade...”
(Entrevista, Agregado Familiar 12, Nampula, Murrupula, Janeiro de 2018).

A expressão dominante para ‘responsabilização’ nesses contextos revela a incidência de apenas uma de suas dimensões, a de ‘prestação de contas’. As expressões incluem ‘informar’, ‘atualizar’, ‘acompanhar’ e, como mencionamos acima, esses processos tendem a se limitar à vontade dos líderes em organizar reuniões, não sendo necessariamente resultados de demandas da comunidade. Há, no entanto, mais reuniões e, portanto, maior responsabilização entre os próprios líderes, de forma hierárquica, do que destes para as comunidades. Pelo contrário, nas comunidades a ideia que prevalece é que se os líderes não se reúnem com a população, e esta tem poucas hipóteses de obter concessões e respostas quando tentam chegar aos próprios líderes, especialmente aqueles que são hierarquicamente superiores. Conforme discutido na seção anterior, alguns consideram que, ‘... as pessoas que vão [directamente] ao chefe superior ... estão sendo desrespeitosas’ (Entrevista, Agregado Familiar 2, Nampula, Murrupula, Janeiro de 2018) e outros consideram impossível até mesmo questionar ‘... porque são assuntos do Governo’ (Entrevista, Agregado Familiar 2, Nampula, Namicopo, Agosto de 2017). Assim, nestes contextos, a possibilidade de ação colectiva é remota, embora ocorra e existam alguns exemplos de sanção, estes últimos associados à outra dimensão da responsabilização:

P - *Agora esses que te escolhem como chefe, conseguem tirar-te?*

R - Sim, no caso de não trabalhar bem, eles reúnem e perguntam ao povo se ainda quer continuar com a pessoa se eles negaram escolhem outra pessoa.

P - *Já aconteceu isso?*

R - Nunca comigo mas eu sei como se faz (...) Já saiu um régulo por má conduta.

As pessoas são convocadas por toque de batuque ...toca o batuque ou tambores e anuncia a boa nova. Os comícios são concorridos... as vezes, como aqui é sede, vem outros povoados circunvizinhos. Aí então temos uma grande reunião (Entrevista com o líder local, AJ, Tete, Cateme Sede, Dezembro de 2018)

Existem dois outros exemplos peculiares de sanção nos locais de estudo: um em Namicopo e outro em Muliu, ambos em Nampula. O primeiro é conhecido localmente como o 'fenómeno anacolera' e o segundo 'chupa sangue'. Anacolera, em Emakua, a língua dominante de Nampula, vem da palavra 'cólera' e significa literalmente 'ter cólera'. Quando uma epidemia de cólera eclodiu em Namicopo, as pessoas atribuíram a responsabilidade ao secretário do bairro, alegando que ele recebia benefícios financeiros para permitir que a epidemia se alastrasse, devastando o bairro. As pessoas alegaram que os benefícios foram entregues ao secretário do bairro pelos visitantes que ele recebeu na sua casa. Alguns entrevistados nos disseram que foi por esse motivo que, em 2013, as pessoas foram à casa do secretário do bairro, destruíram-na e espancaram aquele dirigente até a morte. Segundo eles, nos quatro anos seguintes, não houve mais casos de cólera no bairro. Mas quando a doença voltou a eclodir em 2017, as pessoas voltaram a entrar em pânico. Mais uma vez, começou a circular a informação de que o novo secretário do bairro estava envolvido, alegadamente porque ele, sendo um líder, é a primeira pessoa a entrar em contacto com qualquer visitante no bairro. Segundo a comunidade, os visitantes são os transmissores do cólera. Ao receber visitantes, explicou o secretário, ele está permitindo a entrada da cólera que, segundo a comunidade, só pode acontecer se ele estiver recebendo pessoas de fora do bairro. Na verdade, durante uma das nossas visitas, em Dezembro de 2017, enquanto conversávamos com o secretário do bairro, pessoas em motocicletas começaram a gritar 'anacolera!' À medida que aumentava a frequência com que as motos passavam, por questões de segurança, a nossa equipa teve que sair daquela casa.

'Chupa-sangue' é uma crença (André, s.d.) de que existe um espírito que, de noite, suga o sangue das pessoas, enquanto elas dormem. O motivo é desconhecido. Alguns episódios ocorreram na província da Zambézia e na província de Nampula, para além dos distritos de Angoche e Mossuril. Houve um único caso em Murrupula, na aldeia de Muliu, causando pânico na população. O relato de um chefe da aldeia: 'Chupa-sangue' é uma crença (André, s.d.) de que existe um espírito que, de noite, suga o sangue das pessoas, enquanto elas dormem. O motivo é desconhecido. Alguns episódios ocorreram na província da Zambézia e na província de Nampula, para além dos distritos de Angoche e Mossuril. Houve um único caso em Murrupula, na aldeia de Muliu, causando pânico na população. O relato de um chefe da aldeia:

"Realmente isso aconteceu, (...) nessa casa ao lado [apontando a casa], ocorreu um problema; nessa altura, o marido [da senhora] não estava ; ele era motorista de ambulância (...) então, ligaram para ele a chorar. Aquela senhora estava a chorar. Nós fomos para lá e não conseguíamos abrir a porta. Fomos obrigados a arrombar a porta. Quando entramos, encontramos aquela senhora mal, (...) Tiramos aquela senhora, encontramos enquanto já estava sangrar. (Estava) mal. Fizemos esforço e levamos ao hospital. [No hospital]deram alguns comprimidos e ficou 7 dias e foi recomendada para tomar leite e outras coisas. Nos não soubemos o que estava acontecer mas como ca-lhou com essa época de chupa sangue, só podemos associar a isso. Fizemos patrulha e não encontramos nada. Ninguém viu nada. (Entrevista, AP, Nampula, Murrupula, Muli, Janeiro de 2018).

Porém, mais tarde,

...saíram alguns jovens a bater latas e a cantar, do tipo o chefe nos vendeu (sic). Para-vam ali, [mas] eu não respondi. (...) Não respondi porque [se o fizesse] seria problema. Isso foi durante 3 noites. Diziam que eu sabia [porque] as pessoas que visitam são as que chupam o sangue. [Diziam que] Essas pessoas que vem me visitar me dão alguma coisa e eu autorizo para fazerem o trabalho [de chupa sangue], que eu sou cúmplice dos que fazem esse serviço de chupar sangue (sic). (Entrevista, AP, Nampula, Murrupula, Muli, Janeiro de 2018).

Como no caso da anacolera 'com o' fenómeno chupa sangue', os membros da comunidade visam directamente os líderes locais. Tanto o secretário do bairro quanto o chefe da aldeia foram identificados como responsáveis pelos problemas enfrentados pelas suas comunidades. Esses dirigentes são precisamente os mesmos identificados anteriormente como sendo, para alguns, (1) legítimos, (2) Autoridades e (3) Estado. Se olharmos para a questão do Estado, por exemplo, que muitos vêem como um pai, pode-se supor que esse pai, que, para essas comunidades, é representado pelos secretários de bairro e chefes de aldeia, é responsável por todos os aspetos de vida dos seus filhos, incluindo, neste caso, questões para as quais as comunidades não conseguem encontrar uma resposta. Portanto, esses representantes locais do Estado são bodes expiatórios.

Portanto, existem expressões e práticas de empoderamento e responsabilização nas quatro localidades estudadas. Nessas localidades, os entrevistados consideram que há empoderamento quando, entre outros aspetos, há inclusão, consideração e resposta às suas demandas. Por sua vez, a responsabilização é percebida como, antes de tudo, prestação de contas. Embora existam algumas formas de sanção adoptadas, predomina a dimensão de prestação de contas, o que corrobora com McGee e Gaventa (2010), para os quais as acções

de fiscalização em termos de sanção são escassas. Com algumas exceções, no contexto em que este estudo foi efetuado, as pessoas consideram-se incapazes sancionar as 'autoridades' por questões morais, considerando que não é ético questionar os 'superiores', e porque os chefes têm de convocar as reuniões, principal espaço de responsabilização que identificamos.

Existem também questões linguísticas, semelhantes às já abordadas na literatura sobre empoderamento e responsabilização. Como na literatura (Schedler 1999; Luttrell 2009), nos nossos locais de estudo a tradução dos termos 'empowerment' e 'accountability' é difícil, seja nas línguas locais usadas na pesquisa (Macua e Nyungue), seja do Português para o Inglês, e vice-versa. Para 'accountability', por exemplo, as traduções de Prestação de Contas e responsabilização são indistintas quando, na prática, são relativamente diferentes. Responsabilização inclui aspetos como 'ser atribuído responsabilidades por/para', quando 'Prestação de Contas' inclui partilha de informação e justificação.

7. Considerações Finais: Autoridades Locais como Intermediárias?

Nos quatro locais estudados nesta pesquisa, empoderamento é entendido, sobretudo, como inclusão e participação nos processos de tomada de decisão, enquanto a responsabilização é entre outros, Prestação de Contas. As expressões de empoderamento incluem 'saber', 'ser ouvido' e 'respeitado', enquanto responsabilização é 'informar', 'acompanhar' e 'culpar'. Em termos conceituais, não há distinções significativas entre as percepções de empoderamento e responsabilização identificadas aqui e as da literatura. No entanto, nos nossos 'contextos frágeis', a possibilidade de ação colectiva é relativamente fraca, não porque não haja problemas, pelo contrário, a provisão de serviços básicos é deficiente e prevalecem inúmeras injustiças, mas a estrutura de oportunidades, marcada pelo controle político e social, restringe a ação política e social das pessoas. Para os nossos entrevistados, há um sentimento quase generalizado de que, apesar das injustiças e da má prestação de serviços, são incapazes (individual ou coletivamente) de obter concessões das diferentes autoridades, incluindo o próprio Estado. Com esse sentimento de incapacidade e, portanto, de fraqueza do lado da demanda, os espaços de responsabilização tendem a ser top down, não reclamados pela comunidade, e confinados à vontade dos chefes de decidir, quando, por exemplo, realizar reuniões.

No entanto, há uma exceção em Mualadzi. Nessa comunidade, as pessoas se mobilizam e falam, participam, reclamam, enfrentam autoridades, organizam protestos e obtêm con-

cessões, tudo isso galvanizados pela actuação de uma organização de base comunitária, o Comité de Gestão e Desenvolvimento de Recursos Naturais. Este comité, que surgiu da percepção da ineficácia das lideranças locais, não só conquistou a confiança de parcela significativa da população de Mualadzi, mas também é visto como um interlocutor válido e, portanto, legítimo para lidar com os problemas do quotidiano de seus membros, incluindo o acesso a serviços de saúde e segurança, centrais para esta pesquisa. É, portanto, uma espécie de autoridade alternativa para a população de Mualadzi, visto que, para as pessoas daquela comunidade, autoridade pública é a entidade capaz de resolver os seus problemas. Neste último sentido, o Estado, que aqui não se distingue do governo e do Partido Frelimo, é um pai que esquece e abandona os próprios filhos.

Mualadzi é um caso para pesquisas futuras. É importante compreender melhor as razões do seu aparente excepcionalismo neste estudo, especialmente em relação ao empoderamento e responsabilização, e aprofundar a compreensão do papel de intermediação das autoridades locais. As autoridades, descritas pelos entrevistados como sendo as que resolvem os problemas, de fato, não os resolvem. Eles actuam como intermediários entre os membros da comunidade e as autoridades de nível superior, que são percebidas como as mais capazes. As perguntas são: porquê? Como é feita essa intermediação? São questões para outros estudos...

Bibliografia

- Alexander, J. (1997) "*The Local State in Post-War Mozambique: Political Practice and Ideas about Authority*", *Africa: Journal of the International African Institute*, 67.1: 126.
- Alsop, R. (2004) "*Power, Rights and Poverty: Concepts and Connections*", Washington, DC: World Bank.
- André, B. (no date) "*Polícia Prende 21 Pessoas por Fomentar Boato sobre 'Chupa-sangue' na Zambézia*", <https://www.voaportugues.com/a/policia-prende-21-pessoas-por-fomentar-boato-sobre-chupa-sangue-mocambique/4033775.html> (acessado a 10 de Fevereiro de 2019).
- Arnstein, S. R. (1969) "*A Ladder of Citizen Participation*", *Journal of the American Institute of Planners*, 35.4: 216-24.
- Bakarat, S. R., Freitas, L. P., Boaventura, J. M., and MacLennan, M. L. (2016) "*Legitimidade: Uma Análise da Evolução do Conceito na Teoria Dos Stakeholders*", *Revista de Ciências de Administração*, 18.14: 66-80
- Batliwala S. (1994) "*The Meaning of Women's Empowerment: New Concepts from Action*", in G. Sen, A. Germain and L. C. Chen (eds), '*Population Policies Reconsidered: Health, Empowerment, and Rights*', Boston: Harvard Center for Population and Development Studies.
- Bertelsen, B. (2016) "*Violent Becomings. State Formation, Sociality, and Power in Mozambique*", New York: Berghahn.
- Bierschenk, T. and de Sardan, J. P. O. (eds) (2014) "*States at Work: Dynamics of African Bureaucracies*", Netherlands: Brill.
- Brautigam, D., Fjeldstad, O-H. and Moore, M. (eds) (2008) "*Taxation and State Building in Developing Countries: Capacity and Consent*", Cambridge University Press.
- Carbone, G. (2006) "*Comprendre Les Partis et Les Systèmes de Partis Africains*", *Politique Africaine*, 104: 18-37.
- Chaimite, E. (2013) "*Oposition dans un Contexte de Parti Hegemonique: Le Cas de la Renamo au Mozambique*", Masters Dissertation, Sciences Po Bordeaux.
- Collins, D., Morduch, J., Rutherford, S. and Ruthven, O. (2009) "*Portfolios of the Poor: How the World's Poor Live on \$2 a Day*", Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Constituição da República de Moçambique (1990) http://www.rets.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/arquivos/biblioteca/1990_constituicao_0.pdf (accessed 12 September 2018).

Constituição da República Popular de Moçambique (1975) <http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2016/02/CONST-MOC-75.pdf> (accessed on 20 September 2017).

Cornwall, A. and Brock, K. (2005) "What do Buzzwords do for Development Policy? A Critical Look at 'Participation', 'Empowerment' and 'Poverty Reduction'", *Third World Quarterly*, 26.7: 1043-60.

Cornwall, A. and Edwards, J. (2010) "Introduction: Negotiating Empowerment", *IDS Bulletin*, 41.2: 1-9.

De Brito, L. (1991) "Le Frelimo et la Construction de l'État National au Mozambique. Le sens de la Référence au Marxisme (1962 – 1963)", PhD Thesis, Paris: Université de Paris VIII.

De Brito, L. (2010) "Le Difficile Chemin de la Démocratisation", *Politique Africaine*, 117: 5–22, <http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/2010/PA117-intro.pdf> (accessed 25 January 2018).

Del Rosso Jr., S. (1995) "The Insecure State: Reflections on "The State" and "Security" in a Changing World", *Daedalus*, 124.2: 175-83.

DFID (2011) "A Preliminary Mapping of the Evidence Base for Empowerment and Accountability", London: DFID.

Diaz, F. (2014) "How Democratic is Mozambique? Preview of Upcoming Elections", <https://www.fragilestates.org/2014/10/14/democratic-mozambique-preview-upcoming-elections/> (accessed 13 January 2019).

Dom, R. (2018) "Taxation and Accountability in Sub-Saharan Africa New Evidence for a Governance Dividend", Overseas Development Institute Working Paper 544, London: ODI.

Gastil, J. (2000) *By Popular Demand: Revitalizing Representative Democracy through Deliberative Elections*, Berkeley: University of California Press.

Gaventa, J. (2005) "Reflections of the Uses of the 'Power Cube' Approach for Analyzing the Spaces, Places and Dynamics of Civil Society Participation and Engagement", CFP Evaluation Series 4, The Hague, Netherlands: MBN Secretariat.

Gentili, A. M. (2005) "Party, Party Systems and Democratisation in Sub-Saharan Africa", paper presented at the Sixth Global Forum on Reinventing Government, Seoul, 24-27 May.

Gentili, A. M. (2017) "Queremos ser Cidadãos: Citizenship in Mozambique from Frelimo to Frelimo", *Citizenship Studies*, 21.2: 182-95.

Goetz, A. M. and Jenkins, R. (2005) Introduction, in A. M. Goetz and R. Jenkins (eds), "Re-inventing Accountability: Making Democracy Work for Human Development", Basingstoke: Palgrave Macmillan.

Green, D. (2017) "*Theories of Change for Promoting Empowerment and Accountability in Fragile and Conflict-Affected Settings*", IDS Working Paper 449, Brighton: Institute of Development Studies.

Habermas, J. (1997) "*Direito e Democracia: Entre Facticidade e Validade*", Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Hama, H. (2017) "*State Security, Societal Security, and Human Security*", *Journal of International Relations*, 21.1: 1–19.

Hanlon, J. (1991) "*Mozambique: Who Calls the Shots?*", Bloomington, Indiana: Indiana University Press.

Iverson, D. (2017) "*Pluralising Political Legitimacy*", *Postcolonial Studies*, 35.4: 118-30, <https://doi.org/10.1080/13688790.2017.1334289> (accessed 12 January 2019).

Kato, J. and Tanaka, S. (2019) "*Does Taxation Lose its Role in Contemporary Democratisation? State Revenue Production Revisited in the Third Wave of Democratisation*", *European Journal of Political Research*, 58: 184–208.

Lei 9/91, de 18 de Julho, Regula o Exercício à Liberdade de Reunio e Manifestação, Boletim da Republica, Série 19, Maputo.

Loureiro, M., Joshi, A., Barnes, K. and Chaimite, E. (2020) "*Governance Diaries: An Approach for Research on Empowerment and Accountability in FCVAS through the Lived Experiences of Poor and Marginalised Agregado Familiars*", IDS Working Paper, Brighton, Institute of Development Studies.

Luhmann, N. (1980) "*Legitimação Pelo Procedimento*", Brasília: Universidade de Brasília.

Luttrell, C. and Quiroz, S. (2009) "*Understanding and Operationalising Empowerment*", ODI Working Paper 308, London: Overseas Development Institute

McGee, R. and Gaventa, J. (2010) "*Review of Impact and Effectiveness of Transparency and Accountability Initiatives: Synthesis Report*", Brighton: Institute of Development Studies.

McLoughlin, C. with Idris, I. (2016) "*Fragile States: Topic Guide*", <http://www.gsdr.org/topicguides/fragile-states/>, Birmingham: GSDRC, University of Birmingham.

Meneses, M. P. G. (no date) "*Traditional Authorities in Mozambique: Between Legitimation and Legitimacy*", <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/231.pdf> (accessed 13 January 2019).

Nuvunga, A. (2014) "*From the Two-party to the Dominant Party System in Mozambique, 1994-2012. Framing Frelimo Party Dominance in Context*", PhD thesis, Rotterdam: Erasmus University of Rotterdam.

Orre, A. (2010) "*Entrenching the Party-State in the Multiparty Era: Opposition Parties, Traditional Authorities*

and New Councils of Local Representatives in Angola and Mozambique", PhD thesis, https://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/amg_MA_11156.pdf (accessed 25 February 2018).

Peter, F. (2010) "*Political Legitimacy*", <https://plato.stanford.edu/archives/spr2014/entries/legitimacy/> (accessed 2 November 2019).

Piron, L-H. and Watkins, F. (2004). "*DFID Human Rights Review: A Review of How DFID has Integrated Human Rights into its Work*", report for DFID, London.

Rawls, J. (1993) *Political Liberalism*, New York: Columbia University Press.

Sartori, G. (1976) *Parties and Party Systems: A Framework for Analysis*, Cambridge: Cambridge University Press.

Schedler, A. (1999) "*Conceptualising Accountability*", in A. Schedler, L. Diamond and M. F. Plattner (eds), *The Self-Restraining State: Power and Accountability in New Democracies*, London: Lynne Rienner.

Sen, G. (1997) "*Empowerment as an Approach to Poverty*", Working Paper Series 97.07, background paper for the UNDP Human Development Report, New York: UNDP.

Suchman, M. C. (1995) "*Managing Legitimacy: Strategic and Institutional Approaches*", *The Academy of Management Review*, 20.3: 571-610.

Sumich, J. and Honwana, J. (2007) "*Strong Party, Weak State Frelimo and State Survival through the Mozambican Civil War : An Analytical Narrative on State-Making*", *Crisis States Working Papers Series 2*, London: LSE.

Swiss Agency for Development and Cooperation (SDC) (2004) "*Creating the Prospect of Living a Life in Dignity Principles Guiding the SDC in its Commitment to Fighting Poverty*", Berne: SDC.

Taela, K., Shankland, A. and Awortwi, N. (2016) "*Mozambique: Country and Intervention Scoping Report*", Action for Empowerment and Accountability Programme, report for inception phase, Brighton: A4EA https://assets.publishing.service.gov.uk/media/5a29022de5274a750b82537e/A4EA_Mozambique_Scoping_Paper.pdf (accessed 13 January 2019).

Unsworth, S. (2010) "*An Upside Down View of Governance*", Centre for the Future State, Brighton: Institute of Development Studies.

Weber, M. (1978) "*Economy and Society: An Outline of Interpretive Sociology*", G. Roth and C. Wittich (eds), Berkeley: University of California Press.

Outras Publicações do IESE

Livros

A Frelimo, o Marxismo e a construção do Estado Nacional 1962-1983 (2020)

Luís de Brito (organizador)

IESE: Maputo

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/03/livro_LB.pdf

Agora eles têm medo de nós! – Uma colectânea de textos sobre as revoltas populares em Moçambique (2008–2012) (2017)

Luís de Brito (organizador)

IESE: Maputo

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/02/IESE-Food-Riot.pdf>

Agora eles têm medo de nós! – Uma colectânea de textos sobre as revoltas populares em Moçambique (2008–2012) (2017)

Luís de Brito (organizador)

IESE: Maputo

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/02/IESE-Food-Riot.pdf>

Economia, recursos naturais, pobreza e política em Moçambique – Uma colectânea de textos (2017)

Luís de Brito e Fernanda Massarongo (organizadores)

IESE: Maputo

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/10/IESE_Coleta_nea_de_IDeIAS_-_Livro.pdf

Emprego e transformação económica e social em Moçambique (2017)

Rosimina Ali, Carlos Nuno Castel-Branco e Carlos Muianga (organizadores)

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/10/IESE_Emprego_e_Transf_Econ_Social_-_Livro.pdf

Political economy of decentralisation in Mozambique: dynamics, outcomes, challenges (2017)

Bernahard Weimer with João Carrilho

IESE: Maputo

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/10/IESE_Political_Economy_of_Decentralisation-_Livro.pdf

A economia política da descentralização em Moçambique: dinâmicas, efeitos, desafios (2017)

Bernahard Weimer e João Carrilho

IESE: Maputo

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/01/IESe-economia-politica.pdf>

Questões sobre o desenvolvimento produtivo em Moçambique. (2015)

Carlos Nuno Castel-Branco, Nelsa Massingue e Carlos Muianga (organizadores)

IESE: Maputo

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/IESE_FAN_PT.pdf

Questions on productive development in Mozambique. (2015)

Carlos Nuno Castel-Branco, Nelsa Massingue e Carlos Muianga (editors)

IESE: Maputo

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/IESE_FAN_PT.pdf

Moçambique: Descentralizar o Centralismo? Economia Política, Recursos e Resultados. (2012)

Bernhard Weimer (organizador)

IESE: Maputo

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/Descent/IESE_Decimalizacao.pdf

A Mamba e o Dragão: Relações Moçambique-China em Perspectiva. (2012)

Sérgio Chichava e C. Alden (organizador)

IESE: Maputo

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/MozChin/IESE_Mozam-China.pdf

Desafios para Moçambique 2020. (2020)

Salvador Forquilha (organizador)

IESE: Maputo

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/12/Desafios2019.pdf>

Desafios para Moçambique 2019. (2019)

Sérgio Chichava (organizador)

IESE: Maputo

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/12/Desafios2019.pdf>

Desafios para Moçambique 2018. (2018)

Salvador Forquilha (organizador)

IESE: Maputo

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/05/Livrol_DesafiosMoc2018.pdf

Desafios para Moçambique 2017. (2017)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, António Francisco, e Salvador Forquilha (organizadores)

IESE: Maputo

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/05/Desafios2017.pdf>

Desafios para Moçambique 2016. (2016)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, António Francisco, e Salvador Forquilha (organizadores)

IESE: Maputo

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/04/Desafios2016.pdf>

Desafios para Moçambique 2015. (2015)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, António Francisco, e Salvador Forquilha (organizadores)

IESE: Maputo

<https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2015/IESE-Desafios2015.pdf>

Desafios para Moçambique 2014. (2014)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, António Francisco e Salvador Forquilha (organizadores)

IESE: Maputo

<https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2014/IESE-Desafios2014.pdf>

Desafios para Moçambique 2013. (2013)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, António Francisco e Salvador Forquilha (organizadores)

IESE: Maputo

https://www.iese.ac.mz/lib/publication//livros/des2013/IESE_Des2013.pdf

Desafios para Moçambique 2012. (2012)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco (organizadores)

IESE: Maputo

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2012/IESE_Des2012.pdf

Desafios para Moçambique 2011. (2011)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco (organizadores)

IESE: Maputo

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2011/IESE_Des2011.pdf

Desafios para Moçambique 2010. (2009)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e

António Francisco (organizadores)

IESE: Maputo

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2010/IESE_Des2010.pdf

Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique – comunicações apresentadas na II Conferência do Instituto de Estudos Sociais e Económicos. (2010)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e

António Francisco (organizadores)

IESE: Maputo

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/economia/IESE_Economia.pdf

Proteção social: abordagens, desafios e experiências para Moçambique – comunicações apresentadas na II Conferência do Instituto de Estudos Sociais e Económicos. (2010)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e

António Francisco (organizadores)

IESE: Maputo

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/protecao/IESE_ProteccaoSocial.pdf

Pobreza, desigualdade e vulnerabilidade em Moçambique – comunicações apresentadas na II Conferência do Instituto de Estudos Sociais e Económicos. (2010)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e

António Francisco (organizadores)

IESE: Maputo.

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/pobreza/IESE_Pobreza.pdf

Cidadania e Governação em Moçambique – comunicações apresentadas na Conferência Inaugural do Instituto de Estudos Sociais e Económicos. (2009)

Luís de Brito, Carlos Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco (organizadores)

IESE: Maputo

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/cidadania/IESE_Cidadania.pdf

Reflecting on economic questions – papers presented at the inaugural conference of the Institute for Social and Economic Studies. (2009)

Luís de Brito, Carlos Castel-Branco, Sérgio Chichava and António Francisco (editors)

IESE: Maputo

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/ref/IESE_QEcon.pdf

Southern Africa and Challenges for Mozambique – papers presented at the inaugural conference of the Institute for Social and Economic Studies. (2009)

Luís de Brito, Carlos Castel-Branco, Sérgio Chichava and António Francisco (editors)

IESE: Maputo

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/South/IESE_South.pdf

**Governança em Moçambique: Recursos para Monitoria e Advocacia (2012)
Projeto de Desenvolvimento de um Sistema de Documentação e de Partilha de Informação, IESE**

IESE: Maputo

Monitoria e Advocacia da Governança com base no Orçamento de Estado: Manual de Formação (2012)

Zaqueo Sande (Adaptação)

IESE: Maputo

Pequeno Guia de Inquérito por Questionário (2012)

Luís de Brito

IESE: Maputo

Envelhecer em Moçambique: Dinâmicas do Bem-Estar e da Pobreza (2013)

António Francisco, Gustavo Sugahara e Peter Fisker

IESE: Maputo

https://www.iese.ac.mz/lib/IESE_DinPob.pdf

Growing old in Mozambique: Dynamics of well-being and Poverty (2013)

António Francisco, Gustavo Sugahara e Peter Fisker

IESE: Maputo

https://www.iese.ac.mz/lib/IESE_DynPov.pdf

Cadernos IESE

(Artigos produzidos por investigadores permanentes e associados do IESE. Esta colecção substitui as séries “Working Papers” e “Discussion Papers”, que foram descontinuadas)

Cadernos IESE nº 19P: Vampiros, Jihadistas e Violência Estrutural em Moçambique: Reflexões sobre Manifestações Violentas de Descontentamento Local e as suas Impli cações para a Construção da Paz. (2020)

Bernhard Weimer

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/10/CadernosIESE-18-SC_eng.pdf

Cadernos IESE nº 18E: A Frelimo criou o “Al Shabaab?” Uma análise às eleições de 15 partir de Cabo Delgado. (2020)

Sérgio Chichava

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/10/CadernosIESE-18-SC_eng.pdf

Cadernos IESE nº 18E: Did Frelimo create “Al Shabaab”? An analysis of the 15 October 2019 elections from Cabo Delgado. (2020)

Sérgio Chichava

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/09/CadernosIESE-18_SChichava.pdf

Cadernos IESE nº 17E: Islamic radicalization in northern Mozambique. The case of Mocímboa da Praia. (2019)

Salvador Forquilha, João Pereira & Saïde Habibe

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/12/cadernos_17eng.pdf

Cadernos IESE nº 17P: Radicalização Islâmica no Norte de Moçambique: o caso de Mocímboa da Praia. (2019)

Salvador Forquilha, João Pereira & Saïde Habibe

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/09/cadernos_17.pdf

Cadernos IESE nº 16: A cobertura da China na imprensa moçambicana: Repercussões para o soft power chinês. (2015)

Sérgio Chichava, Lara Côrtes & Aslak Orre

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/IESE_Cad16.PDF

Cadernos IESE nº 15: Plágio em Cinco Universidades de Moçambique: Amplitude, Técnicas de Detecção e Medidas de Controlo. (2015)

Peter E. Coughlin

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/IESE_Cad15.pdf

Cadernos IESE nº 14P: Revoltas da Fome: Protestos Populares em Moçambique (2008-2012). (2015)

Luís de Brito, Egídio Chaimite, Crescêncio Pereira, Lúcio Posse, Michael Sambo e Alex Shankland

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/IESE_Cad14.pdf

Cadernos IESE nº 13E: Participatory Budgeting in a Competitive-Authoritarian Regime: A Case Study (Maputo, Mozambique). (2014)

William R. Nylen

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/IESE_Cad13_Eng.pdf

Cadernos IESE nº 13P: O orçamento participativo num regime autoritário competitivo: um estudo de caso (Maputo, Moçambique). (2014)

William R. Nylen

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/IESE_Cad13_Port.pdf

Cadernos IESE nº 12E: The Expansion of Sugar Production and the Well-Being of Agricultural Workers and Rural Communities in Xinavane and Magude. (2013)

Bridget O'Laughlin e Yasfir Ibraimo

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_12e.pdf

Cadernos IESE nº 12P: A Expansão da Produção de Açúcar e o Bem-Estar dos Trabalhadores Agrícolas e Comunidades Rurais em Xinavane e Magude. (2013)

Bridget O'Laughlin e Yasfir Ibraimo

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_12p.pdf

Cadernos IESE nº 11: Proteção Social no Contexto da Transição Demográfica Moçambicana. (2011)

António Alberto da Silva Francisco

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_11_AFrancisco.pdf

Cadernos IESE nº 10: Proteção Social Financeira e Demográfica em Moçambique: oportunidades e desafios para uma segurança humana digna. (2011)

António Alberto da Silva Francisco, Rosimina Ali, Yasfir Ibraimo

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_10_AFRA.pdf

Cadernos IESE nº 9: Can Donors 'Buy' Better Governance? The political economy of budget reforms in Mozambique. (2011)

Paolo de Renzio

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_09_PRenzio.pdf

Cadernos IESE nº 8: Desafios da Mobilização de Recursos Domésticos – Revisão crítica do debate. (2011)

Carlos Nuno Castel-Branco

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_08_CNCB.pdf

Cadernos IESE nº 7: Dependência de Ajuda Externa, Acumulação e Ownership. (2011)

Carlos Nuno Castel-Branco

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_07_CNCB.pdf

Cadernos IESE nº 6: Enquadramento Demográfico da Proteção Social em Moçambique. (2011)

António Francisco

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_06_AF.pdf

Cadernos IESE nº 5: Estender a Cobertura da Proteção Social num Contexto de Alta Informalidade da Economia: necessário, desejável e possível? (2011)

Nuno Cunha e Ian Orton

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_05_Nuno_Ian.pdf

Cadernos IESE nº 4: Questions of health and inequality in Mozambique. (2010)

Bridget O’Laughlin

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_04_Bridget.pdf

Cadernos IESE nº 3: Pobreza, Riqueza e Dependência em Moçambique: a propósito do lançamento de três livros do IESE. (2010)

Carlos Nuno Castel-Branco

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_03_CNCB.pdf

Cadernos IESE nº 2: Movimento Democrático de Moçambique: uma nova força política na Democracia moçambicana? (2010)

Sérgio Inácio Chichava

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_02_SC.pdf

Cadernos IESE nº 1: Economia Extractiva e desafios de industrialização em Moçambique. (2010)

Carlos Nuno Castel-Branco

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_01_CNCB.pdf

Working Papers

(Artigos em processo de edição para publicação. Colecção descontinuada e substituída pela série “Cadernos IESE”)

WP nº 1: Aid Dependency and Development: a Question of Ownership? A Critical View. (2008)

Carlos Nuno Castel-Branco

<https://www.iese.ac.mz/lib/publication/AidDevelopmentOwnership.pdf>

Discussion Papers

(Artigos em processo de desenvolvimento/debate. Colecção descontinuada e substituída pela série “Cadernos IESE”)

DP nº 6: Recursos naturais, meio ambiente e crescimento económico sustentável em Moçambique. (2009)

Carlos Nuno Castel-Branco

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/DP_2009/DP_06.pdf

DP nº 5: Mozambique and China: from politics to business. (2008)

Sérgio Inácio Chichava

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/dp_2008/DP_05_MozambiqueChinaDPaper.pdf

DP nº 4: Uma Nota sobre Voto, Abstenção e Fraude em Moçambique. (2008)

Luís de Brito

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/dp_2008/DP_04_Uma_Nota_Sobre_o_Voto_Abstenciao_e_Fraude_em_Mocambique.pdf

DP nº 3: Desafios do Desenvolvimento Rural em Moçambique. (2008)

Carlos Nuno Castel-Branco

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/dp_2008/DP_03_2008_Desafios_DesenvRural_Mocambique.pdf

DP nº 2: Notas de Reflexão sobre a "Revolução Verde"; contributo para um debate. (2008)

Carlos Nuno Castel-Branco

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/dp_2008/Discussion_Paper2_Revolucao_Verde.pdf

DP nº 1: Por uma leitura sócio-histórica da etnicidade em Moçambique. (2008)

Sérgio Inácio Chichava

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/dp_2008/DP_01_ArtigoEtnicidade.pdf

Boletim IDelIAS

(Boletim que divulga resumos e conclusões de trabalhos de investigação)

Nº 137: Protecção social em contexto de terrorismo: que implicações tem a insurgência islâmica nos mecanismos formais de protecção social em Moçambique? (2021)

Moisés Siúta

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2021/01/ideias-137_MSi.pdf

Nº 136: IDelIAS_Nº136 – Perspectiva económica do Fundo Soberano e principais desafios do sistema de gestão das finanças públicas em Moçambique (202)

Moisés Siúta, Yasfir Ibraimo e Carlos Muianga

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/12/ideias-136-CMYIMS.pdf>

Nº 135P: Did Frelimo create “Al Shabaab”? An analysis of the 15 October 2019 elections from Cabo Delgado (2020)

Carlos Muianga, Moisés Siúta e Yasfir Ibraimo

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/10/CadernosIESE-18-SC_eng.pdf

Nº 134E: Did Frelimo create “Al Shabaab”? An analysis of the 15 October 2019 elections from Cabo Delgado (2020)

Sérgio Chichava

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/10/CadernosIESE-18-SC_eng.pdf

Nº 134P: As primeiras caras do “Al Shabaab” em Cabo Delgado: o caso de André Idrissa em Cogolo (2020)

Sérgio Chichava

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/09/ideias-134p_SC.pdf

Nº 133: Os imaginários dos ‘intermediários’ à volta da COVID-19 em Moçambique (2020)

Lúcio Posse e Egídio Chaimite

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/07/ideias_133-LPEC.pdf

Nº 132: COVID-19 e a “Sociedade de Risco”: uma reflexão a partir do contexto moçambicano (2020)

Lúcio Posse

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/05/ideias-132_LP.pdf

Nº131: Moçambique e a COVID-19: mecanismos externos de transmissão do seu impacto económico (2020)

Michael Sambo e Moisés Siúta

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/05/ideias-131_MSMSi.pdf

Nº 130P: Face ao conflito no Norte, o que Moçambique pode aprender da sua própria guerra civil (1976-1992)? Uma análise das dinâmicas da insurgência em Cabo Delgado (2020)

Salvador Forquilha e João Pereira

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/05/ideias-130_SFJP.pdf

Nº 129: Os primeiros sinais do “Al Shabaab” em Cabo Delgado: algumas histórias de Macomia e Ancuabe (2020)

Sérgio Chichava

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/04/ideias-129_SC.pdf

Nº 128: Campanhas de prevenção da COVI – 19 em Moçambique: alguns desafios para o setor dos media (2020)

Crescêncio B. G. Pereira

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/04/ideias_128-CP.pdf

Nº 127E: Who is “the enemy” attacking Cabo Delgado? Short presentation of the hypotheses of the Mozambican Government (2020)

Sérgio Chichava

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/04/ideias-127e_SC.pdf

Nº 127P: Quem é o “inimigo” que ataca Cabo Delgado? Breve apresentação das hipóteses do governo moçambicano (2020)

Sérgio Chichava

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/04/ideias-127_SC.pdf

Nº 126: A economia de Moçambique e a COVID-19: reflexões à volta das recentes medidas de política monetária anunciadas pelo Banco de Moçambique (2020)

Yasfir Ibraimo e Carlos Muianga

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/04/ideias-126_YICM.pdf

Nº 125: O trabalho e a proteção social num contexto do Estado de Emergência em Moçambique (2020)

Ruth Castel-Branco

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/04/ideias-125-RC-B.pdf>

Nº 124: COVID-19 em Moçambique: dimensões e possíveis impactos (2020)

Moisés Siúta e Michael Sambo

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/04/Ideias-124_MSiMS.pdf

Nº 123 – Participação cidadã, corrupção e serviços: algumas notas a partir do município de Tete (2019)

Lúcio Posse

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/12/Ideias-123_LP.pdf

Nº 122 – A prevalência e concentração do investimento directo chinês em Moçambique: será que importa? (2019)

Michael Sambo

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/12/Ideias-122_MS.pdf

Nº 121E – Work in the agro-industry livelihoods and social reproduction in Mozambique: beyond job creation (2019)

Rosimina Ali and Sara Stevano

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/12/Ideias-121e_RA.pdf

Nº 120 – A hipótese do ciclo de vida do consumo e a poupança em Moçambique: porquê poupamos tão pouco? (2019)

Moisés Siúta

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/12/Ideias-120_MS.pdf

Nº 119 – Decisões de investimento para a exploração de gás e os limites do “realismo” sobre o “progresso dos moçambicanos” (2019)

Carlos Muianga

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/11/Ideias-119_CM.pdf

Nº 118 – Principais desafios da protecção social em Moçambique (2019)

Moisés Siúta

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/11/Ideias-118_MS.pdf

Nº 117E – Working in the Agro- Industry in Mozambique: can these jobs lift workers out of poverty? (2019)

Sara Stevano e Rosimina Ali

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/11/ideias-117_RA.pdf

Nº 116 - Conflito de terra e relações de poder ao nível da base no município de Lichinga 2014 – 2018 (2019)

Bernardino António

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/10/ideias-116-BA.pdf>

Nº 115E - If statistics don't lie, why are there those who dare to use them to manipulate elections? (2019)

António Francisco

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/07/ideias-115e-AF.pdf>

Nº 115P - Se a estatística não mente, porque há quem teime em usá-la para manipular o processo eleitoral? (2019)

António Francisco

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/07/ideias-115_af.pdf

Nº 114 - Elementos para um perfil dos abstencionistas nas eleições autárquicas de 2013 (2019)

Luís de Brito

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/06/ideias-114_LB.pdf

Nº 113E - Statistics don't lie, but there are those who use them to lie shamelessly: The Example of Electoral Estimates in Mozambique (2019)

António Francisco

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/06/ideias113e-AF.pdf>

Nº 113P - A Estatística não Mente, mas Há Quem a Use Para Mentir Sem Pudor: O Exemplo das Estimativas Eleitorais em Moçambique (2019)

António Francisco

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/06/ideias113p-AF.pdf>

Nº 112 - Desempenho eleitoral do MDM e seus dissidentes nas eleições autárquicas de 2013 e 2018 (2019)

Sérgio Chichava

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/05/ideias-112_SC.pdf

Nº 111 - Corrupção e suas implicações na governação local: o caso da autarquia de Lichinga (2014 – 2018) (2019)

Bernardino António

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/04/ideias-n-111-BA.pdf>

Nº 110 - MARROMEU: Falhanço Eleitoral numa Competição Política (2019)

Crescêncio B.G. Pereira

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/03/ideias-110_CP.pdf

Nº 109E - Four years of Nyusi's governance: Between growth and degeneration (2019)

António Francisco

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/04/ideias-109e_af.pdf

Nº 109P – Quatro anos de governação Nyusi: Entre crescimento e abastardamento (2019)

António Francisco

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/01/ideias_109-af.pdf

Nº 108 – A questão da terra e opções de transformação agrária e rural em Moçambique: algumas notas para debate (2018)

Carlos Muianga

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/10/ideias-108-cm.pdf>

Nº 107P – O Perigo da Armadilha da Desorçamentação em Moçambique (2018)

António Francisco

<http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/10/ideias-107-AF-part2.pdf>

Nº 107E – The danger of denying the trap of debudgetisation (2018)

António Francisco

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/10/ideias-107-AF-part-en.pdf>

Nº 106E – Debudgetisation in Mozambique: shortage of resources and of budgetary responsibility (2018)

António Francisco

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/10/ideias-106-AF-part1-en.pdf>

Nº 106P – Desorçamentação em Moçambique: Escassez de Recursos e de Responsabilidade Orçamental (2018)

António Francisco

https://www.iese.ac.mz/ideias-106_af/

Nº 105 – O que explica o aumento do custo de vida em Moçambique? (2018)

Yasfir Ibraimo, Epifânia Langa, Carlos Muianga e Rosimina Ali

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/09/ideias-n105.pdf>

Nº 104 – Salário Mínimo e Custo de Vida em Moçambique (2018)

Carlos Muianga, Rosimina Ali, Yasfir Ibraimo e Epifânia Langa

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/09/ideias-104.pdf>

Nº 103P – Moçambique terá mais de 100 milhões de habitantes no 1º Centenário da sua Independência? (2018)

António Francisco

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/07/ideias-103-AF.pdf>

Nº 103E – Will Mozambique have more than 100 million inhabitants on the centenary of its independence? (2018)

António Francisco

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/08/ideias-103-AF-ingles.pdf>

Nº 102 – Informação sobre Mercados de Trabalho em Moçambique: Algumas lacunas metodológicas, implicações e desafios (2018)

Rosimina Ali

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/07/Ideias-102_RosiminaAli.pdf

Nº 101 Descentralização no Setor de Saúde em Moçambique: “Um processo sinuoso” (2018)

Lúcio Posse

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/05/Ideia-101-LPosse.pdf>

Nº 100 Para além do mercado comum: desenvolvimento industrial em contexto de integração económica regional em Moçambique (2018)

Epifânia Langa

<https://www.iese.ac.mz/ideias-100-elanga/>

Nº 99 Efeitos macroeconómicos da dívida pública externa e doméstica em Moçambique (2018)

Yasfir Ibraimo

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/04/Ideia99YIbraimo.pdf>

Nº 98 Primeira volta da eleição intercalar de Nampula: de novo, a abstenção “ganhou”! (2018)

Salvador Forquilha

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/02/ideias-98-SForquilha.pdf>

Nº 97 Haiyu Mozambique Mining Company: dinâmicas da intervenção chinesa nas areias pesadas de Angoche (2018)

Michael Sambo

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/02/IESE-ideias-97-MSambo.pdf>

Nº 96 A “Operação Lava Jato” Vista de Moçambique (2017)

Sérgio Chichava

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/07/ideias_96.pdf

Nº 95E Diversity of Economic Growth Strategies in the CPLP (2017)

António Francisco e Moisés Siúta

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/07/IDeIAS-95e-1.pdf>

Nº 95P Diversidade de Estratégias de Crescimento Económico na CPLP(2017)

António Francisco e Moisés Siúta

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/07/boletim-ideias_95p.pdf

Nº 94 Porquê Moçambique precisa da Descentralização? Alguns subsídios para o debate(2017)

Salvador Forquilha

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/06/IESE_Ideias94.pdf

Nº 93E The Hidden Face of the Mozambican State Budget: Are the cash balances fictitious? (2017)

António Francisco e Ivan Semedo

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/03/IESE_Ideias93e.pdf

Nº 93P A Face Oculta do Orçamento do Estado Moçambicano: Saldos de Caixa são fictícios? (2017)

António Francisco e Ivan Semedo

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/03/IESE_Ideias93.pdf

Nº 92 Administração eleitoral em Moçambique: reformas necessárias (2016)

Egidio Chaimite

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/10/IESE_IDeIAS92.pdf

Nº 91 De Novo a Questão dos Saldos Rolantes na Conta Geral do Estado (2016)

António Francisco e Ivan Semedo

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/09/IESE_IDeIAS91.pdf

Nº 90 Geração de emprego e condições sociais de trabalho nas plantações agro-industriais em Moçambique (2016)

Rosimina Ali e Carlos Muianga

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/06/IESE_Ideias90.pdf

Nº 89 Crónica de uma crise anunciada: dívida pública no contexto da economia extractiva (2016)

Carlos Castel-Branco e Fernanda Massarongo

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/06/IESE_Ideias89.pdf

Nº 88 Cenários, Opções Dilemas de Política face à Ruptura da Bolha Económica (2016)

Carlos Castel-Branco e Fernanda Massarongo

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/06/IESE_Ideias88.pdf

Nº 87 Rebatendo Mitos do Debate sobre a Dívida Pública em Moçambique (2016)

Carlos Castel-Branco e Fernanda Massarongo

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/06/IESE_Ideias87.pdf

Nº 86 A dívida secreta moçambicana: impacto sobre a estrutura da dívida e consequências económicas (2016)

Carlos Castel-Branco e Fernanda Massarongo

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/06/IESE_Ideias86.pdf

Nº 85 Introdução à problemática da dívida pública: contextualização e questões imediatas (2016)

Carlos Castel-Branco e Fernanda Massarongo

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/05/IESE_Ideias85.pdf

Nº 84 Recenseamento eleitoral em Moçambique: um processo sinuoso (2016)

Egídio Chaimite

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/04/IESE_Ideias84.pdf

Nº 83 Rever o sistema eleitoral (2016)

Luís de Brito

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/04/IESE_Ideias83.pdf

Nº 82 Saldos Rolantes no Orçamento do Estado Moçambicano: Nyusi Encontrou Cofres Vazios? (2016)

António Franciso & Ivan Semedo

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias82.pdf

Nº 82 Rolling Balances in the Mozambican State Budget: Did Nyusi Find the Coffers Empty? (2016)

António Franciso & Ivan Semedo

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_IDeIAS82e.pdf

Nº 81 Moçambique: Um dos Piores Países para os Idosos. Porquê? (2015)

António Franciso & Gustavo Sugahara

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias81.pdf

Nº 80 Vulnerabilidade dos estratos urbanos pobres: caso da pobreza alimentar em Maputo. (2015)

Oksana Mandlate

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias80.pdf

Nº 77P Estratégias de crescimento económico e desenvolvimento na CPLP. (2015)

António Francisco

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias77p.pdf

Nº 77E Economic growth and development strategies in the CPLP. (2015)

António Francisco

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias77e.pdf

Nº 76 Dilemas das ligações produtivas entre empresas numa economia afunilada. (2015)

Carlos Nuno Castel-Branco, Oksana Mandlate, e Epifânia Langa

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias76.pdf

Nº 75 Padrões de investimento privado e tendências especulativas na economia moçambicana. (2015)

Carlos Nuno Castel-Branco, Nelsa Massingue e Carlos Muianga

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias75.pdf

Nº 74 Acumulação Especulativa e Sistema Financeiro em Moçambique. (2015)

Carlos Nuno Castel-Branco, Fernanda Massarongo

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias74.pdf

Nº 73: Estado e a Capitalização do Capitalismo Doméstico em Moçambique. (2015)

Nº 71: Dívida pública, acumulação de capital e a emergência de uma bolha económica. (2015)

Carlos Nuno Castel-Branco, Fernanda Massarongo e Carlos Muianga

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias71.pdf

Nº 70: Autonomização local para quê? Questões económicas no debate sobre autonomia local. (2015)

Carlos Nuno Castel-Branco

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias70.pdf

Nº 69: Por que é que a emissão de obrigações do Tesouro não é a melhor alternativa para financiar o reembolso do IVA às empresas? (2015)

Fernanda Massarongo

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias69.pdf

Nº 68E: Mozambican Aggregate Consumption: Evolution and Strategic Relevance (2015)

António Francisco e Moisés Siúta

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias68e.pdf

Nº 68P: Consumo Agregado Moçambicano: Evolução e Relevância Estratégica. (2015)

António Francisco e Moisés Siúta

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_68.pdf

Nº 67: O Gigaprojeto que Poderá Transformar a Economia Moçambicana? Pró e Contra o Projeto de GNL Moçambique. (2014)

António Francisco e Moisés Siúta

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_67.pdf

Nº 66P: Reformas de descentralização e serviços públicos agrários em Moçambique: Porquê os desafios persistem? (2014)

Salvador Forquilha

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_66p.pdf

Nº 66E: Decentralisation reforms and agricultural public services in Mozambique: Why do the challenges persist? (2014)

Salvador Forquilha

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_66e.pdf

Nº 65P: Por Que Moçambique Ainda Não Possui Pensão Universal Para Idosos? (2014)

António Francisco e Gustavo Sugahara

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_65p.pdf

Nº 65E: Why Mozambique Still Does Not Have a Universal Pension For The Elderly? (2014)

António Francisco e Gustavo Sugahara

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_65e.pdf

Nº 64P: Poupança interna: Moçambique e os outros. (2014)

António Francisco e Moisés Siúta

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_64p.pdf

Nº 64E: Domestic savings: Mozambique and the others. (2014)

António Francisco and Moisés Siúta

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_64e.pdf

Nº 63P: Poupança interna moçambicana: 2000-2010, uma década inédita. (2014)

António Francisco e Moisés Siúta

https://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/ideias_63p.pdf

Nº 63E: Mozambican domestic savings: 2000-2010, an unprecedented decade. (2014)

António Francisco and Moisés Siúta

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_63e.pdf

Nº 62: Medias e campanhas eleitorais. (2014)

Crescêncio Pereira

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_62.pdf

Nº 61: Indignai-vos! (2014)

Egidio Chaimite

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_61.pdf

Nº 60: Ligações entre os grandes projetos de IDE e os fornecedores locais na agenda nacional de desenvolvimento. (2014)

Oksana Mandlate

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_60.pdf

Nº 59: A Política Macroeconómica e a Mobilização de Recursos para Financiamento do Investimento Privado em Moçambique. (2014)

Fernanda Massarongo e Rogério Ossemane

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_59.pdf

Nº 58: As “revoltas do pão” de 2008 e 2010 na imprensa. (2013)

Crescêncio Pereira, Egidio Chaimite, Lucio Posse e Michael Sambo

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_58.pdf

Nº 57: Cheias em Chókwè: um exemplo de vulnerabilidade. (2013)

Crescêncio Pereira, Michael Sambo e Egidio Chaimite

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_57.pdf

Nº 56: Haverá Possibilidade de Ligação Entre Grupos de Poupança e Crédito Cumulativo Informais e Instituições Financeiras Formais? (2013)

Fernanda Massarongo, Nelsa Massingue, Rosimina Ali, Yasfir Ibraimo

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_56.pdf

Nº 55: Ligações com mega projetos: oportunidades limitadas a determinados grupos. (2013)

Epifania Langa

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_55.pdf

Nº 54P: Viver mais para viver pior? (2013)

Gustavo Sugahara, António Francisco, Peter Fisker

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_54e.pdf

Nº 54E: Is living longer living better? (2013)

Gustavo Sugahara, António Francisco, Peter Fisker

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_54p.pdf

Nº 53: Fukushima, ProSAVANA e Ruth First: Análise de “Mitos por trás do ProSAVANA” de Natália Fingermaann (3). (2013)

Sayaka Funada-Classen

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_53.pdf

Nº 52: Fukushima, ProSAVANA e Ruth First: Análise de “Mitos por trás do ProSAVANA” de Natália Fingermaann (2). (2013)

Sayaka Funada-Classen

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_52.pdf

Nº 51: Fukushima, ProSAVANA e Ruth First: Análise de “Mitos por trás do ProSAVANA” de Natália Fingeremann. (2013)

Sayaka Funada-Classen

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_51.pdf

Nº 50: Uma reflexão sobre o calendário e o recenseamento eleitoral para as eleições autárquicas de 2013. (2013)

Domingos M. Do Rosário

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_50.pdf

Nº 49: Os mitos por trás do PROSAVANA. (2013)

Natália N. Fingeremann

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_49.pdf

Nº 48P: Sobre resultados eleitorais e dinâmica eleitoral em Sofala. (2013)

Marc de Tollenaere

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_48p.pdf

Nº 48E: Analysing elections results and electoral dynamics in Sofala. (2013)

Marc de Tollenaere

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_48e.pdf

Nº 47: Moçambique: Entre Estagnação e Crescimento. (2012)

António Alberto da Silva Francisco

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_47.pdf

Nº 46P: Desafios da Duplicação da População Idosa em Moçambique. (2012)

António Francisco & Gustavo Sugahara

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_46p.pdf

Nº 46E: The Doubling Elderly: Challenges of Mozambique's Ageing Population. (2012)

António Francisco & Gustavo Sugahara

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_46e.pdf

Nº 45: Moçambique e a Explosão Demográfica”: Somos Muitos? Somos Poucos? (2012)

António Alberto da Silva Francisco

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_45.pdf

Nº 44: Taxas Directoras e Produção Doméstica. (2012)

Sófia Armacy

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_44.pdf

Nº 43E: MEITI – Analysis of the Legal Obstacles, Transparency of the Fiscal Regime and Full Accession to EITI. (2012)

Rogério Ossemane

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_43E.pdf

Nº 43P: ITIEM—Análise dos Obstáculos legais, Transparência do Regime Fiscal e Completa Adesão à ITIE. (2012)

Rogério Ossemane

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_43p.pdf

Nº 42E: Analysis of the Reconciliation Exercise in the Second Report of EITI in Mozambique. (2012)

Rogério Ossemane

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_42e.pdf

Nº 42P: Análise ao Exercício de Reconciliação do Segundo Relatório da ITIE em Moçambique. (2012)

Rogério Ossemane

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_42p.pdf

Nº 41: Estado e Informalidade: Como Evitar a “Tragédia dos Comuns” em Maputo? (2012)

António Francisco

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_41.pdf

Nº 40: “Moçambique no Índice de Desenvolvimento Humano”: Comentários. (2011)

Carlos Nuno Castel-Branco

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_40.pdf

Nº 39: Investimento directo chinês em 2010 em Moçambique: impacto e tendências. (2011)

Sérgio Inácio Chichava

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_39.pdf

Nº 38: Comissão Nacional de Eleições: uma reforma necessária. (2011)

Luís de Brito

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_37.pdf

Nº 37P: Envelhecimento Populacional em Moçambique: Ameaça ou Oportunidade? (2011)

António Alberto da Silva Francisco, Gustavo T.L. Sugahara

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_37p.pdf

Nº 37E: Population Ageing in Mozambique: Threat or Opportunity. (2011)

António Alberto da Silva Francisco, Gustavo T.L. Sugahara

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_36e.pdf

Nº 36: A Problemática da Proteção Social e da Epidemia do HIV-SIDA no Livro Desafios para Moçambique 2011. (2011)

António Alberto da Silva Francisco, Rosimina Ali

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_36.pdf

Nº 35P: Será que Crescimento Económico é Sempre Redutor da Pobreza? Reflexões sobre a experiência de Moçambique. (2011)

Marc Wuyts

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_35P.pdf

Nº 35E: Does Economic Growth always Reduce Poverty? Reflections on the Mozambican Experience. (2011)

Marc Wuyts

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_35E.pdf

Nº 34: Pauperização Rural em Moçambique na 1ª Década do Século XXI. (2011)

António Francisco e Simão Muhorro

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_34.pdf

Nº 33: Em que Fase da Transição Demográfica está Moçambique? (2011)

António Francisco

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_33.pdf

Nº 32: Proteção Social Financeira e Proteção Social Demográfica: Ter muitos filhos, principal forma de proteção social em Moçambique? (2010)

António Francisco, Rosimina Ali e Yasfir Ibraimo

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_32.pdf

Nº 31: Pobreza em Moçambique põe governo e seus parceiros entre a espada e a parede. (2010)

António Francisco

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_31.pdf

Nº 30: A dívida pública interna mobiliária em Moçambique: alternativa ao financiamento do défice orçamental? (2010)

Fernanda Massarongo

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_30.pdf

Nº 29: Reflexões sobre a relação entre infra-estruturas e desenvolvimento. (2010)

Carlos Uilson Muianga

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_29.pdf

Nº 28: Crescimento demográfico em Moçambique: passado, presente...que futuro? (2010)

António Francisco

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_28.pdf

Nº 27: Sociedade civil e monitoria do orçamento público. (2009)

Paolo de Renzio

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_27.pdf

Nº 26: A Relatividade da Pobreza Absoluta e Segurança Social em Moçambique. (2009)

António Francisco

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_26.pdf

Nº 25: Quão Fiável é a Análise de Sustentabilidade da Dívida Externa de Moçambique? Uma Análise Crítica dos Indicadores de Sustentabilidade da Dívida Externa de Moçambique. (2009)

Rogério Ossemane

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_25.pdf

Nº 24: Sociedade Civil em Moçambique e no Mundo. (2009)

António Francisco

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_24.pdf

Nº 23: Acumulação de Reservas Cambiais e Possíveis Custos derivados - Cenário em Moçambique. (2009)

Sofia Amarcy

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_23.pdf

Nº 22: Uma Análise Preliminar das Eleições de 2009. (2009)

Luis de Brito

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_22.pdf

Nº 21: Pequenos Provedores de Serviços e Remoção de Resíduos Sólidos em Maputo. (2009)

Jeremy Grest

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_21.pdf

Nº 20: Sobre a Transparência Eleitoral. (2009)

Luis de Brito

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_20.pdf

Nº 19: “O inimigo é o modelo”! Breve leitura do discurso político da Renamo. (2009)

Sérgio Chichava

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_19.pdf

Nº 18: Reflexões sobre Parcerias Público-Privadas no Financiamento de Governos Locais. (2009)

Eduardo Jossias Nguenha

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_18.pdf

Nº 17: Estratégias individuais de sobrevivência de mendigos na cidade de Maputo: Engenhosidade ou perpetuação da pobreza? (2009)

Emílio Dava

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_17.pdf

Nº 16: A Primeira Reforma Fiscal Autárquica em Moçambique. (2009)

Eduardo Jossias Nguenha

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_16.pdf

Nº 15: Proteção Social no Contexto da Bazarconomia de Moçambique. (2009)

António Francisco

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_15.pdf

Nº 14: A Terra, o Desenvolvimento Comunitário e os Projetos de Exploração Mineira. (2009)

Virgílio Cambaza

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_14.pdf

Nº 13: Moçambique: de uma economia de serviços a uma economia de renda. (2009)

Luís de Brito

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_13.pdf

Nº 12: Armando Guebuza e a pobreza em Moçambique. (2009)

Sérgio Inácio Chichava

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_12.pdf

Nº 11: Recursos Naturais, Meio Ambiente e Crescimento Sustentável. (2009)

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/Ideias_11.pdf

Nº 10: Indústrias de Recursos Naturais e Desenvolvimento: Alguns Comentários. (2009)

Carlos Nuno Castel-Branco

https://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/Ideias_10.pdf

Nº 9: Informação Estatística na Investigação: Contribuição da investigação e organizações de investigação para a produção estatística. (2009)

Rosimina Ali, Rogério Ossemame e Nelsa Massingue

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_9.pdf

Nº 8: Sobre os Votos Nulos. (2009)

Luís de Brito

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_8.pdf

Nº 7: Informação Estatística na Investigação: Qualidade e Metodologia. (2008)

Nelsa Massingue, Rosimina Ali e Rogério Ossemame

https://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/Ideias_7.pdf

Nº 6: Sem Surpresas: Abstenção Continua Maior Força Política na Reserva em Moçambique...Até Quando? (2008)

António Francisco

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_6.pdf

Nº 5: Beira - O fim da Renamo? (2008)

Luís de Brito

https://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/Ideias_5.pdf

Nº 4: Informação Estatística Oficial em Moçambique: O Acesso à Informação. (2008)

Rogério Ossemane, Nelsa Massingue e Rosimina Ali

https://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/Ideias_4.pdf

Nº 3: Orçamento Participativo: um instrumento da democracia participativa. (2008)

Sérgio Inácio Chichava

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_3.pdf

Nº 2: Uma Nota sobre o Recenseamento Eleitoral. (2008)

Luís de Brito

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_2.pdf

Nº 1: Conceptualização e Mapeamento da Pobreza. (2008)

António Francisco e Rosimina Ali

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_1.pdf

Relatórios de Investigação

Crónicas de uma eleição falhada. (2016)

Luís de Brito (ed.)

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/IESE_RR1.pdf

Murrupula: um distrito abstencionista (2016)

Egídio Chaimite e Salvador Forquilha

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/IESE_RR2.pdf

Afinal nem todos votam em Manjacaze (2016)

Egídio Chaimite e Salvador Forquilha

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/IESE_RR3.pdf

Beira – Clivagens Partidárias e Abstenção Eleitoral (2017)

Salvador Forquilha

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/02/IESE-Relatorio-4-WEB.pdf>

2014 – Um inquérito sobre a abstenção (2016)

Luís de Brito

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/02/IESE-Relatorio-5-WEB.pdf>

Moçambique: Avaliação independente do desempenho dos PAP em 2009 e tendências de desempenho no período 2004-2009. (2010)

Carlos Nuno Castel-Branco, Rogério Ossemane e Sofia Amarcy

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/2010/PAP_2009_v1.pdf

Current situation of Mozambican private sector development programs and implications for Japan's economic cooperation – case study of Nampula province. (2010)

Carlos Nuno Castel-Branco, Nelsa Massingue and Rogério Ossemane

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/Relatorio_Japao_final.pdf

Mozambique Independent Review of PAF's Performance in 2008 and Trends in PAP's Performance over the Period 2004-2008. (2009)

Carlos Nuno Castel-Branco, Rogério Ossemane, Nelsa Massingue and Rosimina Ali.

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/PAPs_2008_eng.pdf (também disponível em língua Portuguesa no link http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/PAPs_2008_port.pdf).

Mozambique Programme Aid Partners Performance Review 2007. (2008)

Carlos Nuno Castel-Branco, Carlos Vicente and Nelsa Massingue

https://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/PAPs_PAF_2007.pdf

IESE é uma organização moçambicana independente e sem fins lucrativos, que realiza e promove investigação científica interdisciplinar sobre problemáticas do desenvolvimento social e económico em Moçambique e na África Austral.

Tematicamente, a actividade científica do IESE contribui para a análise da política pública e social e da governação, com enfoque nas problemáticas de pobreza, política e planeamento público, cidadania, participação política, governação e contexto internacional do desenvolvimento em Moçambique.

